

Presidente da República conferiu à ADFA o título de membro honorário da Ordem do Mérito



"Os tempos mudaram, mas nós temos um problema social, um problema humano e um problema de respeito pelos nossos semelhantes, pelos nossos concidadãos e também pelas Forças Armadas, que é respeitar os deficientes das Forças Armadas. É por isso que esta Associação é tão importante, e é por isso que esta Associação deve ser acarinhada pelos poderes públicos."

O Presidente da República

"Quando procuramos criar condições que garantam uma vida com dignidade a todos os deficientes militares, estamos a tentar resolver problemas antigos e a prevenir situações novas, potencialmente decorrentes das missões de paz no estrangeiro. Os militares que participam nessas missões têm-nos hoje a nós como garantia da defesa dos interesses na rectaguarda. Infelizmente, durante 13 anos, nós não tivemos em ninguém, nem em nenhuma organização, essa garantia."

O Presidente da Direcção Nacional



No dia 13 de Fevereiro de 1996, Mário Soares condecorou a ADFA na presença de altas entidades civis e militares e de numerosos associados (Centrais)

Presidente da República eleito envia carta à ADFA (pag. 3)

Estruturas Nacionais de Reabilitação (pág. 3)

Conferência de Imprensa da DN (pág. 12)

Assembleia Geral Nacional CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária que se realizará às 14h00 do dia 13 de Abril de 1996 na Sede da ADFA, sita na Av. Padre Cruz, Edifício ADFA, 1600 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Ratificar a nomeação do associado nº 11521, José A. B. Raimundo para 1º Secretário da MAGN e do associado nº 311, José M. Diniz para 2º Secretário da MAGN (nº 1 artº 19);
- 2 - Ratificação da nomeação do associado nº 150, Humberto Sertório F. Rodrigues para o cargo de 2º Secretário da DN (nº 1 do artigo 19º);
- 3 - Analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução dos orçamentos da ADFA (alínea c do artigo 34º);
- 4 - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, o Relatório e Contas da DN e o respectivo Parecer do CFN (alínea b do artigo 34º);
- 5 - Regularização da situação dos associados que têm quotas em atraso;
- 6 - Proposta de actualização de quotas para 1997;
- 7 - Estratégia legislativa da ADFA;
- 8 - Estatuto jurídico do CRPG (alínea g do artigo 34º).

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1996

A M.A.G.N.
O Presidente

Jorge Manuel Garrido Pardal Mauricio

NOTA: Número 2 do artigo 27º dos Estatutos:

"Os documentos referidos no número anterior e os livros relativos às contas poderão ser examinados pelos associados, na Sede e Delegações, nos dez dias que antecedem a sessão em que irão ser apreciados."

Ficha Técnica

Propriedade da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz -
Edifício ADFA - 1600
LISBOA
Tel. (01)7570502 /
7570583 / 7570645 /
7570702
Fax 7571319

Director:
José Diniz

Conselho de Redacção:
Armindo Roque,
Carmo Vicente, Dias
Antunes, Guedes da
Fonte, Jaime Ferreri,
José Maia, Patuleia
Mendes, Sá Flores.

Colaboradores permanentes: Abel Fortuna,
António Carreiro, João
Gonçalves.

Fotógrafo: Farinho
Lopes

Composição e revisão:
Santos Silva e António
Lemos
Maquetagem e paginação:
Armindo Roque

Montagem e Impressão:
Interpress, Gráfica
R. Luz Soriano, 67 - 1100
Lisboa

Gravação do "ELO SONORO": Centro de Produção de
Material da Segurança Social
de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal:
ESGMJ 105068

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em
situação legal e vendido por
assinatura a não sócios ao
preço anual (11 números)
de 1300\$00.

Quando o envio do jornal for para fora de Portugal, os associados e assinantes suportarão os respectivos "portes", cujo valor anual é o seguinte:
Europa: 2.420\$00
Fora da Europa: 3.740\$00

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do "ELO", sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Comparticipação no pagamento de Medicamentos

Informam-se os associados de que os 25% pagos nas farmácias pela aquisição de medicamentos serão reembolsados pela ADME sem necessidade de qualquer procedimento por parte do beneficiário.

As farmácias enviarão as facturas correspondentes aos medicamentos à ADME que depositará os 25%, não participados no acto da compra, nas contas bancárias dos beneficiários.

Sensibilizam-se assim os associados a preencherem o documento que lhes foi enviado pela ADME que solicitava informação do NIB (nº de identificação bancária) o qual será fornecido pela agência bancária em que se encontrem abertas as contas onde pretendam o depósito dos reembolsos.

Informação colhida indicou que será de cerca de 4 meses o período de demora entre o pagamento nas farmácias e o depósito das importâncias nas contas bancárias.

Horário dos Serviços da Sede

Com o intuito de fornecer melhor atendimento e acesso aos serviços prestados pela nossa Associação, e com o fim de que os sócios a eles possam acorrer, com mais facilidade, foram alterados o horário e a forma de funcionamento de alguns serviços da Sede, a partir do início deste ano.

O serviço de cobrança de quotas continua a funcionar, na Secretaria (DAS) como em tempo aconteceu; e recorda-se que os serviços de Bar e Restaurante passaram a ser geridos, directamente, pela Associação. Prevêem-se, para breve, outras modificações, como a ampliação de serviços a prestar, na área médica, e que, a seu tempo, serão amplamente divulgados.

O horário normal de funcionamento dos Serviços Administrativos, aos quais os sócios acorrem com maior frequência, são os seguintes:

Abertura às 10H00 encerramento às 19H00.

Intervalo para almoço das 13H00 às 14H30.

O Bar está sempre aberto de 2ª a 6ª feira, naquele mesmo horário, e o serviço de refeições, no restaurante, é fornecido das 12H30 às 14H30.

IRS

Como informámos no último número acabará, no dia 15 de Março, o prazo de entrega das declarações modelo 1 de IRS, referentes a rendimentos de trabalho dependente (categoria A) e ou de pensões (Categoria H), recebidos durante o ano de 1995.

As declarações modelo 2, respeitantes a rendimentos recebidos por trabalhadores independentes (categoria B), por empresários em nome individual (categoria C) e outros, ainda que em conjunto com as categorias A e H, só começarão a ser entregues a partir de 16 de Março, durante um período que terminará no dia 30 de Abril.

Quotas

Ano de 1996

Informam-se os associados que de harmonia com as determinações dos Estatutos a Assembleia Geral Nacional Ordinária de 30 de Março do ano passado deliberou que o montante mensal das quotas a pagar no ano de 1996 é de 525\$00.

Comunica-se, por outro lado, aos associados, em especial aos que não optaram pelo pagamento das quotas através de desconto em conta bancária, que o seu montante, correspondente a 6 meses, é de 3.150\$00 e, relativo a todo ano, é de 6.300\$00

Exorta-se uma vez mais aos sócios a sua total participação na vida associativa sendo o atempado pagamento de quotas um dos princípios em que assenta essa desejada participação que se compõe direitos e de deveres.

Venda de Viaturas usadas

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, tem para venda as seguintes viaturas usadas:

- Mercedes Benz 240 D de 1974
- Mercedes Benz N1300(Furgão) de 1978
- Fiat Uno 45 de 1990
- Renault 5 GL de 1985

Estas viaturas podem ser vistas na Sede Nacional, Edifício ADFA Av. Padre Cruz, 1600 Lisboa.

As propostas de compra devem ser enviadas, até 96/03/20, para a Sede Nacional, em carta fechada, identificada como "Venda de Viaturas Usadas", com o valor atribuído a cada viatura.

A ADFA reserva o direito de não vender as viaturas caso as propostas apresentadas não satisfaçam as condições estipuladas.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1996

A Direcção Nacional

Subsídio Calouste Gulbenkian para transportes

A exemplo dos anos transactos, a Fundação Calouste Gulbenkian atribui à A.D.F.A. um subsídio destinado a participar na compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e viatura própria, para os sócios da nossa Associação, portadores de grandes deficiências motoras, sensoriais e psíquicas, iguais ou superiores a 60%.

No caso de aquisição de cadeira de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio, só será atribuído quando se verificar a não participação deste material por parte das entidades médicas militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios na participação de compra de viatura própria, são regulamentados por normas aprovadas pela Direcção Nacional, as quais, bem como os boletins de inscrição, se encontram à disposição dos sócios em todas as Delegações.

A definição de prioridade é ditada pela conjugação de vários factores, entre os quais se destacam o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos, de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio, apenas são geralmente contemplados os nossos associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1996, os sócios interessados devem preencher o questionário respectivo, na Sede ou nas Delegação, durante o mês de Março, procedendo-se posteriormente à atribuição das participações.

Hospital Militar Principal

Atendimento

Prioridade aos Deficientes

Informam-se os associados que na Ordem de Serviço nº 192, de 6 de Outubro de 1995, do HMP, foi estabelecida prioridade no acesso às consultas daquela unidade de saúde militar para os deficientes militares, com incapacidade igual ou superior a 60%.

Nota: O direito reconhecido deve ser exercido, e os associados naquelas condições devem exigir a sua prática

Serviços médicos e psicossociais

Clínica geral
médico: Dr. Fernando Brito
2ª-13H00 5ª-13H15

Psiquiatria
médico: Dr. José Tropa
6ª-14H30

Urologia
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira 17H00

Marcações: Dª Elizabete Couto

Análises Clínicas:
6ª feira 9H00 às 10H00
Psicologia Clínica e
Stress de Guerra:
Drª Teresa Infante
Horário: 2ª- 3ª- 4ª

Serviço Social:
Drª Fátima Almeida
2ª, 4ª e 6ª
09H00 às 12H00
14H00 às 18H00

Gabinete Jurídico

Advogado:
Dr. António Carreiro
3ª e 5ª
14H00 às 18H00

Marcações:
Dª Helena Afonso
Nota: As marcações devem ser feitas previamente não se dando consultas ao telefone.

Solicita-se a todos os associados que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/7570583/7570422/7570645/7570702/7570781

Quotas em dia direitos assegurados

Admissão de associados

Relação de candidatos a associados efectivos, divulgada de harmonia com o disposto no nº 4, do artº 8º, dos Estatutos da ADFA:

- Albino António Lopes
- Eduardo Adelino Coelho Pereira
- José de Sousa Maia
- Gabriel Maria Rodrigues
- Joaquim Manuel Neves Freire
- Aliu Embaló
- Samba Djau
- Fernando Manuel de Macedo Freire da Rosa
- Américo da Cunha Ferreira
- Teodósio Manuel Carapinha Gomes
- Gabriel de Oliveira
- Domingos da Silva F. Araújo
- José Luís Pereira da Costa
- Joaquim da Silva
- Virgínio da Silva Lima
- Júlio dos Santos Machado
- Ricardo dos Santos Faria
- António Pires Torres
- José de Araújo Lopes
- José Estevão Fernandes
- José da Silva Maia Machado
- Armando Rainho Valente
- Alberto Gomes Carreiras
- Manuel Decio de Barros
- Paulo Azevedo Simões
- Mário Miranda Ferreira
- David Antunes de Abreu
- Francisco Pereira Alves
- Carlos Cardoso Ferreira
- Adelino Alves Pereira
- Alfredo Ribeiro de Faria
- Augusto Pereira Torres
- Abílio Carneiro de Azevedo
- João Cândido Duarte da Costa
- Francisco Ribeiro
- Henrique Faria da Costa e Silva
- José da Silva Cruz
- José Carlos Pereira Oliveira
- João Guedes Pinheiro
- José Joaquim Ribeiro da Silva
- Carlos da Silva Arantes
- António Augusto Carvalho Campos
- Luís Gonzaga da Silva Martins
- Delfim Portela Martins
- José da Silva Maia Machado
- António da Silva Nogueira
- Manuel Queiroz Magalhães
- Carlos Manuel dos Santos Martins
- Paulo António Rodrigues
- Joaquim M. da Silva
- Manuel A. Freitas Gonçalves
- José M. Martins da Silva
- Deolinda Abreu Pereira
- João Paulo Correia Martins
- Gaspar R. Machado
- Fernando V. Mendes
- José Lemos
- António A. de Oliveira
- João Francisco Lopes
- Fernando S. Pinheiro
- José da Silva
- José da Silva
- Armando da S. Soares
- Mário M. Ferreira

Estruturas Nacionais de Reabilitação

Na sequência das audiências que o Secretário de Estado da Inserção Social do Ministério da Solidariedade e Segurança Social concedeu à Direcção Nacional da ADFA, e nas quais, aquele membro do Governo solicitou o contributo da nossa Associação para a definição do "instrumento de coordenação das políticas e dos meios, aos níveis central, regional e local, para a integração das pessoas com deficiências", previsto no programa do Governo, e que contivesse as nossas perspectivas sobre o futuro da reabilitação em Portugal, a Direcção Nacional elaborou o documento seguinte que se reproduz na totalidade:

1. O Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), pela sua natureza, pelas alterações estatutárias de que foi objecto e pela prática que tem seguido, é um organismo esgotado e ultrapassado.

1.1. De instrumento de coordenação e articulação de políticas de reabilitação, para que deveria estar vocacionado, passou a instrumento de controlo da acção dos deficientes organizados.

1.2. Em vez de promover o debate público da integração social, constituiu-se no mundo fechado dos deficientes - promoveu o "apartheid" da reabilitação.

1.3. Em vez do aproveitamento e desenvolvimento de competências, no domínio do pensamento e da acção, promoveu o silêncio e o alheamento sobre os assuntos dos deficientes - transformou-se em agente desertificador da reabilitação.

1.4. À necessária dinâmica geradora de sinergias, contrapôs uma acção centrípeta e consumidora de energias - transformou-se no buraco negro da reabilitação.

2. Este instrumento, assim instrumentalizado, não reúne a credibilidade mínima necessária para corresponder às expectativas que as mudanças políticas criaram e de que os próprios deficientes, como cidadãos, foram promotores. Urge, pois,

proceder à sua substituição.

2.1. A lógica do funcionamento interno, burocratizante, absorveria qualquer cosmética superficial - por isso é necessário mudar a estrutura.

2.2. O nome - Secretariado - transporta a carga semântica de inoperância e alimentaria o cepticismo - por isso deve-se mudar a designação.

2.3. Os actuais responsáveis do SNR, à frente de um novo organismo, desacreditá-lo-iam - por isso devem ser substituídos.

3. O desenho de um novo organismo deverá ter em conta:

a) o estado actual da reabilitação e as alterações necessárias;

b) as atitudes dominantes face à deficiência.

3.1. A mudança deverá caracterizar-se pela deslocação do papel relevante - do serviço para o órgão colegial; da execução para a deliberação. Assim, o elemento fulcral do novo organismo deverá ser um comissariado, que, pelos poderes atribuídos e pela composição qualificada, possa:

a) ter a clara noção das insuficiências e potencialidades da reabilitação;

b) aprovar pareceres e recomendações que produzam efeito nas diferentes áreas governamentais por onde decorrem as políticas de reabilitação;

c) acompanhar, incentivar e articular iniciativas locais sobre reabilitação e integração social, com vista à criação de estruturas regionais.

3.2. O órgão deliberativo deverá ter na sua composição:

a) representantes qualificados (a nível de Director-Geral) dos ministérios por onde decorrem políticas de reabilitação;

b) vogais indicados pelas associações de deficientes devidamente representativas, em número inferior ao dos primeiros.

3.3. Na dependência deste órgão, com carácter consultivo, deverão funcionar um conselho social e um conselho científico.

3.3.1. No conselho social deverão participar:

a) representantes de organizações de ou para deficientes com trabalho realizado reconhecido.

b) representantes das associações sindicais e patronais.

3.3.2. No conselho científico deverão participar:

a) representantes qualificados de universidades e centros de investigação interessados na área da deficiência;

b) elementos qualificados, em número inferior ao dos primeiros, indicados por associações de deficientes.

3.4. O quadro de pessoal do novo organismo deverá constituir o suporte administrativo e técnico da acção dos órgãos (deliberativo e consultivos).

3.5. O comissariado deverá ser dirigido por um alto-comissário que seja uma referência para os deficientes, dando assim, à partida, credibilidade ao organismo.

3.6. As decisões do comissariado não terão carácter executório, mas deverão ser naturalmente acolhidas pelas diferentes áreas governamentais, porque ponderadamente assumidas, tecnicamente qualificadas e politicamente correctas.

3.7. Para corrigir a imagem, culturalmente herdada, dos deficientes, o comissariado deverá funcionar de forma aberta e voltada para o exterior, motivando a comunicação social a interessar-se pela temática da deficiência e promovendo o debate público.

3.8. Para que os deficientes organizados desempenhem um papel fundamental, o comissariado deverá fomentar o desenvolvimento do associativismo, na base da liberdade, da autonomia e do interesse público de que se reveste.

4. A substituição do SNR por um organismo assente nestes pressupostos marcará o segundo ponto alto da história da reabilitação em Portugal. O primeiro foi a própria criação do SNR em 1977, cuja filosofia subjacente se aproxima da que enformam estes pressupostos, mas depois totalmente subvertida.

5. A ADFA participou na criação do SNR e foi testemunha (por vezes revoltada, por vezes conivente) do desvirtuamento do ideal inicial - por isso é genuína esta análise-contributo.

6. A ADFA congratula-se e sente-se honrada por, em mais este momento decisivo para a reabilitação, ter sido chamada a participar.

Estratégia Legislativa

Contactos e desenvolvimentos

A Direcção Nacional, no dia 25 de Janeiro, em audiência com o chefe de gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Brigadeiro Arnaldo Cruz, fez-lhe entrega do documento que exprime a estratégia legislativa da ADFA, relativa a todas as situações que preocupam os deficientes militares e que carecem de premente resolução, no intuito de que o mesmo fosse apreciado e despachado pelo Dr. António Victorino.

Muito embora o Ministro da Defesa tenha delegado no respectivo Secretário de Estado o acompanhamento das situações relativas aos deficientes militares, às quais este membro do governo demonstra encontrar-se atento, a Direcção Nacional pretende equacioná-las com o responsável máximo do Ministério, pelo que continua a entender-se como profundamente estranho, apesar do pedido de audiência, formulado em Novembro do ano findo, e das sucessivas e infrutíferas insistências, que o Ministro ainda não tenha conseguido vaga na sua agenda, para receber cumprimentos e ouvir as preocupações dos responsáveis da nossa associação.

O documento em causa foi entregue nos gabinetes dos chefes de estado maior dos três ramos das Forças Armadas, sendo do nosso conhecimento que está ser objecto de aturado estudo, por parte dos departamentos respectivos daquelas altas estruturas militares.

A Direcção Nacional debateu, viva e tenazmente, toda a estratégia em causa, no dia 31 de Janeiro, com o Director Geral de pessoal do Ministério de Defesa Nacional, Dr. Manuel Gameiro, que, há já alguns anos, exerce aquelas funções.

Temos conhecimento que o Secretário de Estado da Defesa Nacional está já a dar especial atenção ao mesmo documento. Este mesmo membro do Governo informou a ADFA que se encontra previsto no projecto de Orçamento de Estado um reforço de subsídio, a atribuir à nossa associação, por aquele ministério no ano de 1996. Este reforço virá prover ao reequilíbrio orçamental da ADFA, o que permitirá a manutenção das actividades que desenvolvemos na Sede, Delegações e Núcleos.

Quotas

Nesta edição o espaço que, nesta página, era normalmente dedicado aos artigos da Direcção Nacional, relativos ao pagamento de quotas em atraso encontra-se situado na página 8, onde divulgamos duas propostas para apreciação na próxima AGNO, que se realizará no dia 13 de Abril.

As propostas mencionadas são, uma, da autoria da DN, outra, subscrita pelas delegações de Bragança, Porto, Vila Nova de Famalicão e Viseu.

Eleições Presidenciais

A Direcção Nacional, no início da Campanha eleitoral para a Presidência da República, convidou todos os quatro candidatos a exporem, na nossa sede, as suas linhas de orientação sobre a política que seguiriam acerca da política de reabilitação, caso viessem a ser eleitos no dia 14 de Janeiro passado.

A esta disponibilidade da Associação responderam somente os candidatos da UDP, Alberto de Matos e do PCP, Jerónimo de Sousa, que, em dois e três de Janeiro, respectivamente, expuseram a alguns dirigentes e associados da ADFA o esquema das suas políticas relativamente a deficientes em geral e a deficientes militares, em particular.

Em 15 de Janeiro, dia seguinte ao acto eleitoral, a D.N. enviou ao doutor Jorge Sampaio um telegrama de felicitações pela sua eleição como Presidente da República Portuguesa, cujo teor transcrevemos na íntegra:

"A ADFA felicita vossa Ex.a pela sua eleição para Presidente da República e deseja os maiores êxitos no exercício do cargo."

Em sequência, o presidente eleito, agradecendo as felicitações da ADFA, remeteu-nos a carta seguinte que transcrevemos na íntegra:

"Senhor Presidente,

Agradeço reconhecidamente a mensagem de felicitações que me enviou, em seu nome pessoal e em nome da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na sequência da eleição do passado dia 14 de Janeiro.

Como Presidente da República procirarei contribuir, com isenção, para que Portugal seja um País mais justo, mais solidário e mais desenvolvido, dando resposta às expectativas que os portugueses manifestaram neste novo ciclo político da nossa democracia.

Estou certo de que nessas tarefas, que são de todos, contar-se-á o contributo dado pela acção da Instituição que V. Exa. representa, a qual aproveito para saudar.

Com os melhores cumprimentos pessoais do Jorge Sampaio"

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas está permanentemente disponível para, em colaboração com o futuro Presidente da República, tal como com todas as instituições governamentais ou privadas, dar o seu contributo, baseado na experiência, no conhecimento e no capital adquirido durante mais de duas décadas de activa existência, para a tranquilidade da vida portuguesa e o equilíbrio e desenvolvimento da democracia, da tolerância e da liberdade.

NOTA DE ABERTURA

Ao aceitar assumir a direcção do "ELO" entendi que era chegada a altura de dar o meu contributo para este grande projecto que desde há 22 anos se vem concretizando, sempre pleno de dinamismo e de vitalidade, que é a nossa Associação.

O dinamismo e a vitalidade da ADFA não têm sido apenas devidos aos seus órgãos sociais, mas, sobretudo, à força animica e à participação dos seus associados que, das mais variadas formas e nos bons e nos maus momentos, têm dito presente e garantido que o associativismo dos deficientes militares acompanhe e já faça parte da história da democracia em Portugal no pós 25 de Abril de 1974, como recentemente ficou evidenciado pela visita do Presidente da República e pela condecoração com que foi distinguida.

O Jornal "ELO" tem sido, desde a primeira hora, um dos mais preciosos instrumentos no combate pela dignificação dos Deficientes das Forças Armadas. Mês após mês, ele é o reflexo das vivências e dos problemas dos nossos associados, e da luta da Associação na procura da solução para esses problemas, alguns já incomodamente velhos.

É nesta linha editorial que pretendemos que o "ELO" continue: ser uma espécie de assembleia sempre reunida e sempre em debate, sério e reflexivo, das nossas preocupações e dos nossos projectos.

O Conselho de Redacção que agora foi criado será o garante do prosseguimento do caminho traçado e as novas rubricas já iniciadas e as que irão surgindo, com vista ao alargamento e diversificação das temáticas, são parte da aposta de renovação do nosso jornal.

O Elo deverá, pois, ser um órgão de comunicação, isto é, um meio de tornar comum a todos os associados da ADFA o que cada um tem para dizer e o que se vai passando na vida associativa quer a nível dos Órgãos Sociais Nacionais, quer a nível das Delegações e Núcleos. Deverá, enfim, fazer jus ao seu nome: ser um elo de ligação entre todos de modo a estabelecer a unidade e a união de forças, respeitando as diferenças.

José Diniz

Reuniões e actividades

Reunião em Grijó (Vila Nova de Gaia)

Dia 30 de Março às 16H00

Reunião para associados das freguesias de Grijó - Seixezelo - Sermonde - Serzedo - São Félix da Marinha.

Salão Nobre da Junta de Freguesia de Grijó - Alameda do Mosteiro

Assuntos a tratar:

01 - Informações;

02 - Direitos dos Deficientes Militares.

Convívio em Vila do Conde

Dia 04 de Abril (Quinta - Feira Santa)

Está em organização o Jantar convívio para os associados dos Concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

Oportunamente, serão avisados do local, hora e responsáveis pelas inscrições.

Programa de passeios

Circuitos na Neve dias 23 E 24 DE Março

1º dia

Porto/Guarda

Partida às 14h00 (junto à Delegação), viagem por Viseu e Guarda. Instalação em Hotel, jantar (com vinho da região e café) e alojamento. À NOITE, DIVIRTA-SE NA DISCOTECA DO HOTEL.

2º dia

Guarda/Penhas da Saúde/Porto

Após o pequeno almoço, viagem a Belmonte, seguindo pela Covilhã até às Penhas da Saúde. Almoço (com vinho da região e café). De tarde, visita à Torre - TEMPO LIVRE PARA DIVERTIMENTOS NA NEVE... em hora a determinar, viagem por Lagoa Comprida, Sabugueiro (possibilidade de compra do famoso Queijo da Serra e artigos em pele), Seia, Nelas, Mealhada, Porto.

Férias na Neve

Matalascañas (Sevilha)

De 08 a 16 de Junho.

Preço por pessoa :.....49.000\$00

Inclui:

* Viagem em autocarro de Turismo.

* Pensão completa em Hotel de *** (3) Estrelas (desde o jantar do primeiro dia ao pequeno almoço do último dia).

* Animação durante toda a estadia. Assitência permanente pelo representante da Agência

* Inscrições no GAOS pelo tel: 820403 (Elisabeth Couto)

Apoio aos sócios na compra de viaturas

A Delegação do Porto tem à disposição dos sócios um serviço para os apoiar na compra de viaturas para uso próprio, com Isenção de Impostos.

O Serviço funciona em articulação com uma empresa do Ramo Automóvel, permitindo a aquisição de viaturas de diversas marcas e modelos, desde que estejam enquadradas nos limites permitidos pela legislação em vigor.

Para utilizarem este serviço, devem contactar o G.A.O.S. pessoalmente ou através dos Telfs: 820403 820744.

Consultas de próteses no Hospital Militar do Porto

Informam-se os sócios que as consultas de próteses e ortóteses no Hospital Militar Nº 1 do Porto, no próximo ano de 1996, efectuem-se nas seguintes datas:

MARÇO	13 E 27
ABRIL	10 E 24
MAIO	08 E 29
JUNHO	12 E 26
JULHO	10 E 31
AGOSTO	28
SETEMBRO	11 E 25
OUTUBRO	09 E 30

Assembleia Geral de Delegação Aprovado Relatório de Actividades e Contas de 1995

Realizou-se, no passado dia 17 de Fevereiro, no Auditório da Delegação, a Assembleia Geral Ordinária.

A gestão do ano de 1995 coube a dois executivos, um em cada Semestre, reflectindo o Relatório de Actividades as acções realizadas por cada um deles.

As contas do ano findo saldaram-se por um resultado positivo de cerca de um milhão e novecentos mil escudos.

O Relatório de Actividades refere, para além de uma breve introdução, a reorganização dos Serviços da Delegação, a Acção associativa interna e externa, as Instalações e o Património, o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e a Acção reivindicativa.



Na acção associativa externa salientou-se o apoio concedido pelo Governador Civil do Porto e a visita efectuada pelo Comandante da Região Militar Norte às instalações da Delegação.

Após as intervenções dos associados presentes e os esclarecimentos prestados pela Direcção da Delegação, foram aprovados pela maioria o Relatório de Actividades e Contas, assim como o Parecer do Conselho Fiscal.

Reunião de associados no 1º sábado de Fevereiro

Realizou-se, no passado dia 03 de Fevereiro de 1996, no Auditório da Delegação, a habitual reunião com os associados.

A reunião foi dirigida pela Direcção da Delegação e contou com a presença de vinte e sete associados.

No início da reunião o Presidente da Direcção informou os presentes da visita do Presidente da República à Sede Nacional, manifestando a disponibilidade para apoiar todos os que quiserem assistir a esse acto solene. Também referiu a conferência de imprensa dada pela Direcção Nacional sobre os acontecimentos e os riscos inerentes à participação de militares portugueses na Bósnia, a falta de legislação adequada e os eventuais reflexos nas situações dos deficientes militares oriundos da Guerra Colonial e que se encontram em "Serviço".

Falou também sobre as actividades a desenvolver pela Delegação, nomeadamente da próxima Assembleia Geral Ordinária, da realização de uma Jornada desportiva inter-sócios, das obras nas instalações e de uma proposta em estudo para regularização das quotas em atraso.

Relativamente à acção reivindicativa, disse que a Direcção Nacional tinha preparado um documento intitulado "ESTRUTURAS OFICIAIS DE APOIO E DIREITOS DOS DEFICIENTES MILITARES", o qual já se encontra na Delegação e seria dado a conhecer aos associados que o desejassem.

Seguiu-se um debate, tendo usado da palavra em primeiro lugar o associado Ferreira de Oliveira, que criticou o facto do Presidente ir visitar a Sede e apontou como justificação para a não participação de muitos associados nas reuniões, o valor elavado das quotas, ao que o Presidente da Direcção argumentou dizendo que a ida do Presidente da República representaria o reconhecimento da ADFA pela mais alta figura pública nacional e que as quotas eram fixadas pelos associados em Assembleia Geral.

O associado Francisco Marques começou por dizer que o "ELO" tinha informado que as quotas por débito em conta tinham sido cobradas de uma só vez, pelo que de imediato foi esclarecido de que se tratou de um lapso já

solucionado através de um estorno. Depois, mostrou a sua satisfação pelo facto da notícia sobre a última reunião de associados ter sido devidamente noticiada no "ELO". Por fim, pediu esclarecimentos sobre o reembolso dos 25% pagos nos medicamentos.

Deficientes em serviço

O associado Luis Noronha falou sobre a Conferência de Imprensa dada pela Direcção Nacional, quanto às implicações dos factos ocorridos na Bósnia e os deficientes militares da Guerra Colonial; disse ser favorável à criação de um estatuto único que abranja todos os deficientes militares e que os deficientes em serviço devem estar sempre presentes e pressionar as direcções. Sobre as quotas, disse que as mesmas devem ser bem aplicadas em situações que visem a defesa dos nossos direitos.

Intervieram ainda os associados Augusto Santos, Ferreira de Oliveira e Henrique Rodrigues, que abordaram os mesmos aspectos, salientando o interesse da participação de todos os associados nas reuniões, e a necessidade de reparar as injustiças que ainda se verificam, nomeadamente as que ocorrem com os deficientes em serviço e as viúvas de Guerra.

A finalizar, Francisco Marques voltou a focar a falta de condições dos deficientes em serviço e pediu para que se realize uma Assembleia Geral para tratar desse assunto.

A Direcção prestou esclarecimentos e alertou para que todos se mantenham activos e atentos na defesa da ADFA para assim melhor defenderem os seus direitos.

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes

MODELO-3 PORTAS	P.BASE	P.V.P.
Twingo	1.226.885\$00	1.870.000\$00
Twingo Pack	1.295.261\$00	1.950.000\$00
Clio Jump 1.2	1.250.319\$00	1.850.000\$00
Clio Bebop 1.2	1.361.430\$00	1.980.000\$00
Clio Fidji 1.2	1.502.455\$00	2.145.000\$00
Clio RT 1.2	1.686.216\$00	2.360.000\$00
Clio RT 1.4	1.785.860\$00	2.760.000\$00
Clio RTI 1.4	1.811.501\$00	2.790.000\$00

MODELO 5 PORTAS

Clio Jump 1.2	1.314.421\$00	1.925.000\$00
Clio Bebop 1.2	1.425.532\$00	2.055.000\$00
Clio Fidji 1.2	1.566.558\$00	2.220.000\$00
Clio RT 1.2	1.750.319\$00	2.435.000\$00
Clio RT 1.4	1.849.963\$00	2.835.000\$00
Clio Bacara 1.4	2.409.792\$00	3.490.000\$00

MEGANE

Megane RL 1.4	1.930.708\$00	2.935.000\$00
Megane RN 1.4	2.067.460\$00	3.095.000\$00
Megane RT 1.4	2.178.571\$00	3.225.000\$00
Megane RT 1.6	2.530.646\$00	4.045.000\$00
Megane Coupé 1.6	2.291.330\$00	3.765.000\$00
Megane RT 1.9 DT	2.441.712\$00	4.775.000\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Clio RT 1.4-3 Portas	1.996.458\$00	3.006.399\$00
Clio RT 1.4-5 Portas	2.060.561\$00	3.081.399\$00
Megane RT 1.6	2.744.321\$00	4.294.399\$00

EXPRESS

Express Combi 1.2	1.539.522\$00	2.245.000\$00
Express Break	1.885.676\$00	2.650.000\$00

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES
DESCONTOS AOS SÓCIOS

ATENDIMENTO AOS SÓCIOS:

STAND: Telefone 01-8410310/22/23

Telemóvel: 0936-62 60 41

Delegado de vendas: Bernardes

uma gama completa
versões a gasolina e a diesel

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

Bragança

Cedência de Instalações

Conforme o nosso jornal se fez eco na sua edição de Dezembro de 1995, a Câmara Municipal de Bragança cedeu à nossa delegação daquela cidade as suas actuais instalações, em deliberação da sua edilidade, proferida em 18 de Setembro de 1995 e cujo teor é o seguinte:

“CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES: Presente um officio da ADFA- Associação dos Deficientes das Forças Armadas, com Sede no Rés- do-Chão do Bloco H-nº 20, do Bairro do Fundo de Fomento de Habitação, no Bairro da Mãe de Água, desta cidade, solicitando que lhe seja cedido o direito de superfície das referidas instalações, pelo período de 50 anos, a fim de nelas poderem realizar obras de conservação.

Foi deliberado por unanimidade, ceder o direito de superfície por 50 anos, à Associação dos deficientes das Forças Armadas, do Rés-do-Chão nº 20 do Bloco H, do Bairro do Fundo de Fomento de Habitação, no Bairro da Mãe de Água, nesta cidade, destinado a nele funcionar a sua Sede.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que a cedência obedeça às seguintes condições:

- 1- A cedência será graciosa;
- 2- A cedência destina-se exclusivamente ao funcionamento da Sede;
- 3- O direito de superfície não pode ser alienado a terceiros;
- 4- No caso de a Associação deixar de funcionar nesta cidade, o direito de superfície caducará e todas as benfeitorias existentes no referido rés-do-chão reverterão a favor do Município de Bragança, sem direito a qualquer indemnização ou direito a retenção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, nos termos legais, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a cedência do direito de superfície em causa.”

Análises clínicas

Informam-se todos os associados da Delegação de Bragança de que os deficientes das Forças Armadas não pagam as análises que efectuarem no Laboratório Maria José Montanha e Laura Soares, situado na Rua da Estacada nº-7-1º 5300 Bragança, tal como nos seus postos de recolha que constam da relação que a seguir se transcreve:

Laboratório Médico de Análises

Maria José Montanha e Laura Soares

Rua da Estacada Nº-7-1º

5300 Bragança

Macedo de Cavaleiros
Av. D. Nuno Alvares Pereira, 3-1º

5340 Macedo de Cavaleiros

Mirandela

Av. das Amoreiras, 1-1º

5370 Mirandela

Mogadouro

Av. Nº 5ª do Caminho

5200 Mogadouro

Vinhais

Largo do Arrabalde

5320 Vinhais

Alfândega da Fé

Rua S. João de Deus

5350 Alfândega da Fé

Sendim

Largo da Fonte

5225 Sendim

Izeda

Rua do Pereiro, 1

5340 Macedo de Cavaleiros

Este Laboratório tem agora

acordo com a ADME e apenas

recebe o que a ADME lhe

paga, aliás esta prática já se

verificava mesmo antes da

celebração do acordo.

Assembleia Geral da Delegação de Castelo Branco

CONVOCATÓRIA

A mesa da Assembleia Geral da Delegação de Castelo Branco, nos termos do nº1 do Artº. 48º dos estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 23 de Março de 1996, pelas 14.30 horas, na sua Sede, sita na Rua Dr. Ruivo Gordinho, 02 em Castelo Branco, com a seguinte Ordem de trabalhos:

a) - Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do parecer do Concelho Fiscal, relativos a 1995.

b) - Outras Informações.

27 de Fevereiro de 1996

O PresidentedaM.A.G.D.

José Manuel Martins Ribeiro

Coimbra

É mesmo uma lição!

No dia 10 de Fevereiro na Assembleia Geral da Delegação da ADFA Coimbra comunicou aos associados a compra de um fax. Na mesma assembleia geral iniciou-se o pedido de participações dos sócios para ajudarem a pagar o fax.

Provando, mais uma vez, que Coimbra é mesmo uma lição, em 10 dias, incluindo dois fins de semana e dia de Carnaval, os associados participaram com mais de 100.000\$00.

A listagem de participação não vai parar, embora o fax já esteja pago, sendo agora a próxima verba destinada à aquisição de uma máquina fotográfica para a Secção de Dinamização.

Os associados que não vierem à Delegação e queiram participar, poderão fazê-lo através de cheque endereçado à ADFA Coimbra.

No dia 3 de Março, na Barragem da Aguieira, a partir das 10 horas, a Delegação realiza mais uma jornada de pesca desportiva, Concurso de Pesca Desportiva. Se o dia estiver bonito, quem quiser passar umas horas agradáveis em contacto com a natureza é aparecer na Aguieira junto ao restaurante Lagôa Azul e testemunhar mais esta grande jornada desportiva organizada pela Delegação de Coimbra.

Direcção Nacional visita Delegação de Coimbra



No dia 13 de Janeiro realizou-se nas instalações da ADFA Coimbra um encontro entre a Direcção Nacional, órgãos sociais e associados desta Delegação.

Com a presença de vinte e oito associados, os dois camaradas da D.N, Lopes Dias e Machado, explicaram aos presentes os objectivos dos actuais responsáveis da ADFA, dando conhecimento do que já foi e está a ser feito em termos de contactos com o actual governo.

Foi distribuído e lido nas suas partes consideradas mais importantes, o documento, “ESTRUTURAS DE APOIO E LEGISLAÇÃO PARA OS DEFICIENTES MILITARES”.

Depois das explicações dadas pela D.N, abriram-se inscrições para discussão sobre os mais variados aspectos do documento. Vários associados considerados em serviço, entrevistaram, na sua maioria discordando do mesmo, pois segundo eles, continua-se a fomentar a divisão legislativa entre os deficientes militares. Outros associados se mostraram satisfeitos e optimistas em relação ao desempenho dos órgãos nacionais da ADFA, considerando que este documento é um passo importante para que de uma vez por todas acabem as injustiças ainda existentes. Foram especialmente discutidas as situações das viúvas e deficientes sem nexos de causalidade, abordando-se em pormenor duas situações de associados presentes.

Apesar da discussão ter atingido em determinado momento, maior calor, no final todos concordaram de que só unidos, todos os deficientes militares conseguirão satisfazer os objectivos que lhes são comuns.

Número do "Fax"

Informa-se que a Delegação da ADFA de Coimbra está equipada com FAX, cujo nº é: 039 38913.

Ponta Delgada

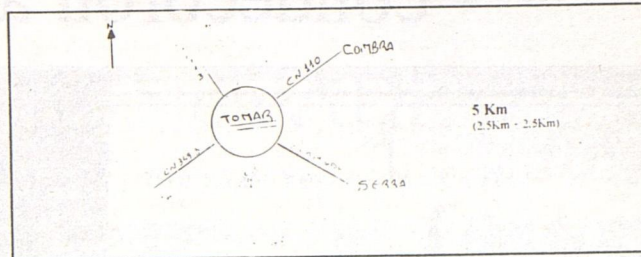
Assembleia Geral

Conforme foi anunciado no último numero, realizou-se no dia 3 de Fevereiro a reunião da Assembleia Geral da Delegação de Ponta Delgada que apreciou e aprovou o relatório de actividades e o de contas deste órgão associativo regional relativos ao ano de 1995.

Nesta reunião foram ainda abordados os seguintes pontos que constituem preocupações e anseios da actual Direcção daquela Delegação: a situação das instalações da sua sede, em estado de degradação preocupante, para cuja aquisição está em curso uma campanha de acordos que se espera tenha a adesão não só dos associados dos Açores como de todo o País. O outro anseio desta Delegação é o de pôr em andamento o projecto de uma oficina de Próteses e Ortoteses, visto não existir nenhuma nos Açores.

Núcleo de Tomar

Prova desportiva "5 Estradas"



A realizar em 10 de Março

A prova integrada no vastíssimo programa Cultural desportivo e recreativo do “Mês de Tomar” promovido pela Câmara Municipal da cidade do Nabão, e que decorre de 13 de Fevereiro a 13 de Março, o Núcleo de Tomar da ADFA assumiu a responsabilidade de organizar a prova desportiva “5 Estradas”, a realizar na manhã do dia 10 de Março.

Esta prova, cujo nome advém das cinco estradas que confluem para Tomar, é uma prova de corrida de estrada por equipas, aberta a atletas masculinos e femininos federados e não federados, repartidos por três escalões: A, B e C.

No escalão A, poderão concorrer equipas com elementos portadores de deficiência e não portadores de deficiência.

O escalão B será constituído por equipas com elementos portadores de deficiência.

O escalão C destina-se a equipas com elementos não portadores de deficiência (juvenis, juniores, seniores e veteranos).

As inscrições são gratuitas e devem dar entrada no núcleo de Tomar da ADFA até 24 horas antes do inicio da prova, acompanhados da fotocopia do BI do atleta.

Para informações mais pormenorizadas deverão os interessados dirigir-se ao Núcleo de Tomar da ADFA, com sede na R. Prof. Fernando Gonçalves da Silva, 13-2300 Tomar, ou à Sede Nacional ao cuidado do associado José Arruda.

APELA-SE AOS NOSSOS ASSOCIADOS ADESÃO A ESTA MANIFESTAÇÃO DESPORTIVA QUE IRÁ, COM CERTEZA, PRESTIGIAR A ADFA.

Núcleo de Alcobaça

A Comissão Instaladora do Núcleo de Alcobaça tem em organização uma excursão de sócios da área, a fim de proporcionar uma vista à sede Nacional da ADFA e a participação nas comemorações de mais um aniversário da nossa Associação, que este ano se realizam no dia 12 de Maio.

Os interessados em participar em mais esta iniciativa promovida pelo Núcleo de Alcobaça, devem, para que possamos providenciar transporte gratuito, fazer a sua inscrição provisória, para os números de telefone; Daniel: 062-503133; Amaro: 062-596253; Aniceto:062-41492; Asdrúbal: 062-544283 e Silvio: 062-41733.

Esperamos a tua participação, para que esta iniciativa decorra de forma agradável e constitua mais um momento alto do associativismo da nossa ADFA.

A Comissão Instaladora do Núcleo de Alcobaça

Silvio Lourenço



Assembleia Geral da Delegação de Ponta Delgada

Sua Excelência o Presidente da República condecorou a ADFA com a Medalha do Mérito



A Mesa da Presidência, durante a alocução do presidente da Direcção Nacional: Secretário de Estado da Defesa Nacional, Pereira Gomes, Presidente da República, CEMGFA, Almirante Fuzeta da Ponte, e presidente da MAGN, Jorge Maurício

O Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas deslocou-se, no dia 13 de Fevereiro, em visita à Sede Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a quem atribuiu o título de Membro Honorário da Ordem do Mérito

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas criada em 14 de Maio de 1974, por impossibilidade legal do seu anterior aparecimento, surgiu para dar resposta aos anseios e graves problemas com que se deparavam os milhares de deficientes e os familiares dos mortos de uma guerra injusta e desnecessária que abriu amplas frentes de combate, deixando, durante mais de 13 anos, uma retaguarda fraca e desguarnecida. São já quase 22 anos que a ADFA leva de vida, durante os quais se conduziu a si própria, pelo reflexo da vontade soberana dos seus associados, aos quais sempre procurou que fosse dado o estatuto de dignidade e plena cidadania, o que, para muitos deles, pese embora o esforço e trabalho dedicados, ainda se encontra por concretizar.

O esforço desenvolvido e a dinâmica empregues, quantas vezes não acompanhados por soluções dos poderes públicos, tornaram a ADFA uma referência na área da reabilitação em Portugal, e até além fronteiras, pelo reconhecimento do elemento de tranquilidade e de equilíbrio em que a nossa associação se constituiu.

Tal reconhecimento, por parte da sociedade portuguesa, seria, só por si, consubstanciado na visita à nossa casa efectuada pelo Dr. Mário Soares, que empolgou esse reconhecimento ao estatuto do mérito que conferiu à ADFA com a condecoração que lhe atribuiu.

Este acto solene, que honra todos os deficientes militares, mais do que nos levar ao simples enaltecimento do passado, obriga-nos a reflectir sobre ele para, sobre ele também, assentarmos o sólido edifício dos desafios do futuro.

À sua chegada, pelas 17H00, o Dr. Mário Soares era aguardado pelos titulares dos órgãos associativos nacionais e regionais que o acompanharam à sala da Direcção onde recebeu os cumprimentos dos convidados presentes.

O ponto alto da visita foi a Sessão Solene no salão nobre onde não couberam todos os associados que quiseram participar em momento tão significativo.

Intervenção do Presidente da MAGN

Em nome da Associação dos Deficientes das Forças Armadas o Presidente da Mesa

da Assembleia Geral Nacional apresentou os cumprimentos ao Presidente da República, ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, ao Marechal Costa Gomes, ao Presidente da Casa Militar da Presidência da República, aos representantes dos Chefes dos Estados Maiores da Armada, Exército e da Força Aérea, ao representante do Secretário de Estado da Integração Social, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, ao deputado Marques Júnior e ainda ao Presidente da As-

sociação 25 de Abril.

Começou depois por dizer: "A guerra é uma inevitabilidade. Não há nenhum momento da História, que nós conheçamos, em que de facto não estejam a começar, a acabar ou a decorrer guerras. Esse flagelo mundial é inevitável. Na sequência da guerra, surge outra inevitabilidade - é o aparecimento de soldados que ficam deficientes, com deficiências de carácter permanente, e de camaradas nossos que morrem em combate."

Jorge Maurício lembrou que a nossa Associação foi fundada logo a 14 de Maio de

1974 e que "durante estas duas décadas dedicámos todo o nosso esforço à nossa reintegração social, lutámos para recuperar o lugar de cidadãos", acrescentando mais adiante: "as chagas da guerra colonial, infelizmente, ainda não estão completamente saradas."

Jorge Maurício, a terminar afirmou: "Este ainda é um 'dossier' por encerrar. A ADFA, de uma maneira viril, mas sensata e cívica, vai continuar junto dos poderes públicos a levar a sua mensagem, a indicar quais as coisas que ainda há para corrigir,

dos nossos camaradas que morreram em combate."

Alocução do presidente da DN

Em seguida, tomou a palavra o presidente da Direcção Nacional da ADFA, Lavouras Lopes, que começou por afirmar que a Associação estava a viver "o momento mais alto da sua história" e que os "deficientes das Forças Armadas são hoje testemunho vivo duma guerra esquecida na memória colectiva. Eles próprios tendem a ser esquecidos. Vossa Excelência, através deste gesto, trava essa tendência natural. Por isso, expressamos a Vossa Excelência a nossa viva gratidão."

Mais adiante o presidente da DN disse que a ADFA "é filha legítima da liberdade que chegou com o 25 de Abril de 1974. Mas já antes dessa data a ideia de associação existia na vontade de todos nós, concebida na revolta a que urgia dar expressão, devido ao abandono e marginalização a que éramos votados.

Fomos vítimas de uma retaguarda desguarnecida deliberadamente para esconder da opinião pública as consequências reais da guerra, em termos de mortos e feridos. A tradução social dessa política seria a total marginalização de milhares de deficientes militares, se o 25 de Abril não nos tivesse valido a tempo."

ção da imagem do deficiente 'desgraçado e coitadinho' (...) e que se empenhou directamente na preparação e encaminhamento dos sócios para a vida activa.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas constituiu-se numa rede de delegações e núcleos, com cobertura de todo o território nacional, próxima de todos os sócios. A prática associativa foi a melhor reabilitação, geradora de autoconfiança e autoestima em cada associado."

Salientou que a ADFA "foi referência e exemplo a seguir; foi impulsionadora de uma política nacional de reabilitação avançada, mais tarde adulterada e destruída. Está hoje de novo empenhada na reposição desse ideal de reabilitação inicial. Levou a sua experiência junto de muitas organizações congéneres no estrangeiro, no âmbito da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC). O seu actual empenhamento, no domínio da cooperação com os PALOP, nomeadamente com os deficientes militares de Angola, é a última prova de que na ADFA a componente reivindicativa se harmoniza com uma outra, de dádiva e entrega, não menos forte.

Há deficientes militares sem pensão

Falou dos militares que



Discurso do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, Jorge Maurício

para que nós, segundo cremos, segundo pensamos, segundo desejamos, a breve trecho, consigamos refazer a reparação completa a todos os militares que, com a máxima responsabilidade, com a máxima honra e servindo na instituição militar, se deficientaram e ainda em relação a todos os familiares

Lavouras Lopes destacou a importância social da ADFA nomeadamente no processo de transição em que "contribuiu para a saída tranquila de uma situação de guerra terminada abruptamente"

Lembrou que "na sua primeira posição pública, em Maio de 1974, a ADFA afirmou-se apostada na altera-

"há mais de 20 anos se negaram a abandonar o Hospital Militar, por não disporem de quaisquer direitos, e por isso ainda lá se encontram, não exactamente por estarem doentes"

Visando o futuro, referiu que, "quando procuramos criar condições que garan-

(Continua na pag.7)

(continuação da pág. 6)
 tam uma vida com dignidade a todos os deficientes militares, estamos a tentar resolver problemas antigos e a prevenir situações novas, potencialmente decorrentes das missões de paz no estrangeiro. Os militares que participam nessas missões têm-nos hoje a nós como garantia da defesa dos seus interesses na retaguarda. Infelizmente, durante os 13

dessa Associação,...) ganhar auto-confiança, auto-estima através do associativismo..."
 Ao evocar o seu passado de lutador antifascista e "adversário das guerras coloniais", afirmou que "a tradição portuguesa era não a tradição de oprimir outros povos e de lutar contra as legítimas aspirações à independência que esses povos tinham, mas, pelo contrário, encaminhá-los no sentido de uma verdadeira fraternidade, em relação a nós,

Voltando à realidade que são as vítimas da guerra, o Comandante Supremo das Forças Armadas sublinhou: "Os tempos mudaram, mas nós temos um problema social e um problema humano e um problema de respeito pelos nossos semelhantes, pelos nossos concidadãos e também pelas Forças Armadas, que é respeitar os deficientes das Forças Armadas. É por isso que esta Associação é tão importante, e é por isso

melhor maneira na nossa sociedade, para podermos contar com o seu contributo, com a sua experiência, com aquilo que viveram, com o seu próprio sofrimento, (...) para que não nos envergonhemos de ter abandonado os nossos deficientes e aqueles que combateram pela nossa bandeira. É por isso que eu me honro muito de estar aqui."

Acreditamos na Paz

A terminar a sua intervenção, o Dr. Mário Soares manifestou-se optimista numa humanidade em paz: "Eu sou daqueles que acredito na paz e que acredito nos ensinamentos de Kant e na paz perpétua e universal que um dia chegará à humanidade. Espero que ela chegue no próximo século. Mas isso não diminui nada o papel das Forças Armadas...", porque, apesar de Portugal ter relações de prestígio "com todos os países do mundo, excepto um, pela questão apenas de Timor (...), as Forças Armadas estão na linha da frente desse combate em defesa da paz e dos actos humanitários para evitar a guerra entre outros países, e nesse sentido estão também a prestar um grande serviço a Portugal e ao prestígio de Portugal. E poderá haver, eventualmente, esperemos que não haja, (...) deficientes dessa situação em que nós estamos, quer na Europa, quer na África, porventura noutros teatros do mundo, mas temos que estar presentes, temos que cumprir os nossos deveres e com isso prestigiamos o nosso país e as Forças Armadas."

Condecoração da ADFA

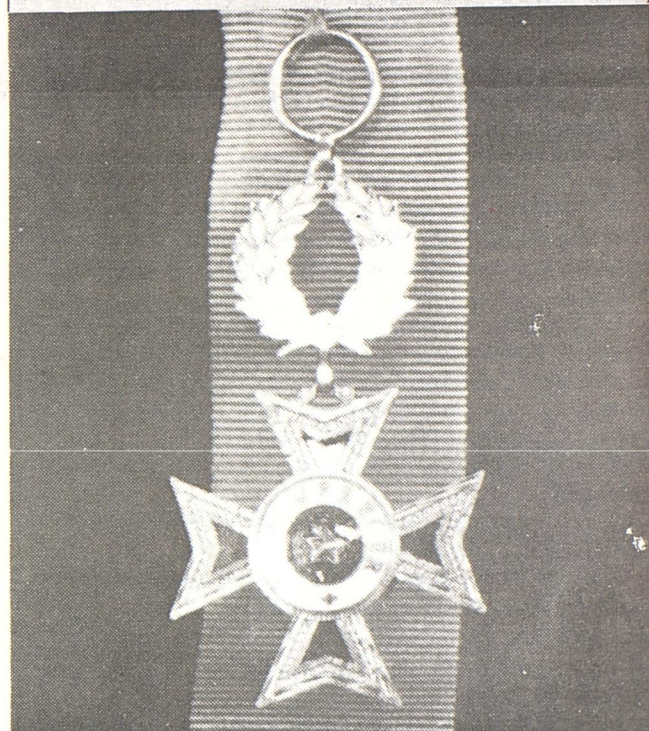
Estava chegado o momento de maior expectativa da cerimónia. E foi com profunda emoção que todos os associados presentes ouviram a leitura feita pelo Brigadeiro Monge, do alvará de concessão do título de Membro Honorário da Ordem do Mérito, e presenciaram o acto de imposição, pelo Presidente da República, das respectivas insígnias na bandeira da nossa Associação, a qual era empunhada pelo presidente do Conselho Fiscal, associado Armando Alves.

Encerrada a sessão solene, o Dr. Mário Soares e as restantes entidades percorreram as instalações da sede da ADFA, em cuja entrada ficou gravado em placa este momento histórico.

Após o acto de descerramento desta placa, todos os presentes se dirigiram para o restaurante onde foi servido um Porto de Honra que constituiu mais uma oportunidade para confraternização.

Condecoração da ADFA

Em 13 de Fevereiro de 1996



Alvará de Concessão

"Mário Soares, Presidente da República e Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas, faz saber que, nos termos da respectiva lei orgânica, confere à Associação dos Deficientes das Forças Armadas o título de Membro Honorário da Ordem do Mérito".

A Ordem do Mérito destina-se a galardoar actos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, ou que revelem desinteresse e abnegação em favor da colectividade.

Descrição Heráldica

O distintivo da Ordem do Mérito é uma cruz de braços iguais, pátea, de oito pontas, de esmalte azul, filetada de ouro tendo ao centro um círculo de esmalte azul filetado de ouro, carregado, de uma estrela de ouro, contido em coroa circular de esmalte branco filetada de ouro pelo exterior, com a legenda "Bem merecer", em letras maiúsculas de ouro; no reverso, ao centro e em campo de esmalte azul, o escudo nacional, circundado da legenda "República Portuguesa", em letras maiúsculas de ouro, e a fita tripartida, em palas de igual dimensão, a do centro de amarelo e as laterais de negro.



Alocução do Presidente da República

anos de guerra, nós não tivemos em ninguém, nem em nenhuma organização, essa garantia."

A rematar afirmou que o Presidente da República, "como fautor e garante da liberdade e da democracia que tem sido no nosso País, estava já indissociavelmente ligado à ADFA. Mas a partir de agora, que expressamente reconhece a nossa validade no Portugal democrático, passará Vossa Excelência a fazer parte da história da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Obrigado, Senhor Presidente, por nos ter permitido esta honra."

Palavras do Presidente da República

No improviso que pronunciou, o Presidente da República começou por manifestar a honra que sentia em estar entre nós e o interesse pela Associação, prestando "homenagem aos deficientes e àqueles que lutaram pela nossa Pátria e que sacrificaram muito das suas vidas válidas a uma causa que foi a causa da nossa Pátria (...). Eu tenho e penso que exprimo aqui a opinião geral dos Portugueses, um grande respeito por vós e por tudo que por nós fizeram. E naturalmente que aqueles que foram vítimas de uma guerra, que foi uma guerra injusta (...) a Pátria deve a todos vós, tem uma dívida em aberto para com todos vós e que o mínimo que vos pode fazer é dar-vos condições para que se possam associar e através

para podermos criar aquilo que hoje está no nosso horizonte, que é a comunidade dos países africanos de língua portuguesa. (...) Se tem havido diálogo, se tem havido entendimento, se tem havido democracia e se tem havido liberdade no nosso País, isso teria acontecido de uma maneira natural, como aconteceu com o Brasil."

Após mais algumas considerações de ordem histórica para concretizar a posição anterior, o Dr. Mário Soares considerou que o mito propagandeado pela ditadura de que Portugal era uno e indivisível desde o Minho até Timor, "nos conduziu directamente às guerras coloniais...", as quais provocaram o envio dos "soldados portugueses e dos militares portugueses, no cumprimento do seu dever patriótico para a guerra mas deixaram desguarnecida a retaguarda e não trataram sequer daqueles que foram sacrificados a essa guerra injusta".

O P.R. lembrou que nas visitas que fez aos países africanos lusófonos; "com os quais, finalmente temos relações adultas e relações consequentes e boas relações feitas no respeito mútuo, na igualdade e na reciprocidade de vantagens, (...) sempre prestei homenagem aos soldados portugueses", como aconteceu na recente visita a Angola, onde envolveu nessa homenagem "todos os mortos, os mortos angolanos, de todos os partidos, que lutaram pela independência e às vezes uns contra os outros, e também os mortos portugueses que estavam ali e que morreram no cumprimento do seu dever."

que esta Associação deve ser acarinhada pelos poderes públicos, e é por isso que nós hoje estamos aqui, nestas instalações e estamos aqui fraternalmente e respeitosamente em relação a todos os deficientes das Forças Armadas, sejam portugueses, portugueses de Portugal, ou africanos, portugueses ou não portugueses, isso não nos interessa porque nos sentimos todos irmãos. (...) E é consolador, hoje, ir a África, depois de tantas experiências tão dolorosas, tantas guerras, tantos sofrimentos que eles tiveram, (...) e sentir nos olhos dos africanos e dos nossos irmãos angolanos ou moçambicanos ou guineenses a ternura, o respeito com que eles nos olham a nós portugueses, apesar de tudo. Porque fizeram muitas experiências, depois de nós, e chegaram à conclusão, mas é uma conclusão que é o saber das experiências feito, que, apesar de tudo, nós não éramos tão maus como eles pensavam que nós éramos. E o povo português, assim, está reconciliado consigo próprio e está reconciliado com os seus irmãos africanos. E vocês têm contribuído muito para isso, na medida em que há um intercâmbio entre a vossa Associação de deficientes e as Associações africanas e as Associações das vítimas de guerra de todos os países. Por isso é importante que esta Associação se mantenha viva, se mantenha actuante, saiba o que quer, na direcção em que está, que é uma excelente orientação, lúcida, para dignificarmos os nossos deficientes, para os inserirmos da

Regularização das quotas em atraso

Propostas

Pelo seu manifesto interesse, transcrevemos, na sua totalidade, a "proposta para a regularização de quotas" que a Direcção Nacional já apresentou para ser discutida na Assembleia Geral Nacional Ordinária do próximo dia 13 de Abril.

Realça-se que se trata de um projecto de intenções, das quais só entrarão em prática as que a AGNO votar como deliberação sua.

1. A partir de 31 de Dezembro de 1996, a Direcção Nacional deverá dar rigoroso cumprimento ao disposto nos n.ºs. 3 e 4 do Art.º 12.º dos Estatutos, ou seja retirar a qualidade de sócio a quem tiver mais de 12 meses de atraso sem motivo justificado.

2. Iguamente a partir de 31 de Dezembro de 1996, a Direcção Nacional deverá fazer aplicar com todo o rigor o previsto no n.º 1 do Art.º 12.º dos Estatutos, ou seja, aqueles sócios que tiveram mais de três meses de quotas em atraso, não usufruirão dos direitos mencionados no Art.º 10.º. Ficará-lhe ainda vedado o acesso a qualquer serviço prestado pela Associação.

3. Nessa data (31.12.96), consideram-se no pleno gozo dos direitos associativos:

a) Os sócios qualificados DFA (em campanha) com menos de três meses de quotas em atraso;

b) Os sócios qualificados em serviço que tenham liquidado as quotas relativas aos anos de 1994, 1995 e 1996 até 30 de Setembro;

c) Os sócios sem qualquer qualificação legislativa, seja qual for o seu estado de pagamento de quotas;

d) Os sócios familiares de militares ou deficientes militares falecidos, seja qual for o seu estado de pagamento de quotas.

4. Os sócios que, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do Art.º 12.º dos Estatutos, (por terem mais de 12 meses de quotas em atraso), perderam a qualidade de sócios poderão readquiri-la, através de processo próprio de readmissão, em que se deverá observar o seguinte:

a) Não será recuperado o número antigo de sócio;

b) Deverão ser pagas as quotas não liquidadas, calculadas ao valor da quota do momento da readmissão.

5. O previsto no n.º 12.º dos Estatutos aplicar-se-á sistematicamente aos sócios familiares dos militares ou dos deficientes militares falecidos, salvo se a situação económica do Associado não o permitir.

6. É criada uma quota extraordinária, não obrigatória, de valor livre a partir de um mínimo de Mil Escudos.

7 Exorta-se os sócios, especialmente os DFA (em campanha) e também os GDFA, ao pagamento desta quota extraordinária.

As Direcções das Delegações de Bragança, do Porto, de Vila Nova de Famalicão e de Viseu, reunidas no Porto, acordaram, no que respeita à regularização de quotas em atraso, o seguinte:

1- Considerando que não deve ser tomada qualquer medida de perdão ou amnistia, por isso representar um desrespeito para com os nossos associados que sempre foram cumpridores;

2- Que a Direcção Nacional efectue uma campanha de sensibilização para que até 30 de Abril de 1996, os associados com quotas em atraso procedam 'regularização das mesmas;

3- A regularização poderá ser feita do seguinte modo:

a) Até 2 anos: pagamento imediato

b) Mais de 2 anos: pagamento dos 2 últimos anos como obrigatório, podendo o resto da dívida ser pago por: dinheiro, Vale Postal e cheque pré datado.

4- A partir de 30 de Abril, a Direcção Nacional deverá cumprir os estatutos.

5- A Direcção Nacional deverá promover informação escrita, que informe os associados dos seus direitos e deveres, assim como estudar a implementação de outros benefícios para os associados, nomeadamente na área de seguros.

6- Os associados deverão ser ouvidos sobre as condições de readmissão.

Oferta de Emprego

A Associação Waldorf necessita de pessoal com formação pedagógica (Professores, Educadores, ou com experiência) para trabalhar em ATL com crianças de Março a finais de Junho, horário flexível, remunerado de acordo com as habilitações.

Contactar: Célia Aboim Telf. 7592388

Madeira A ADFA na Assembleia Legislativa Regional

No passado dia 23 do corrente pelas 10h30m e a convite da 6.ª Comissão Especializada da Assembleia Legislativa Regional da Madeira (Assuntos Sociais) a nossa Associação, representada pelo Presidente da Assembleia Geral da Delegação da Madeira, João Manuel Martins, pelos associados Dr. João Nobre e Armando Costa da Direcção da Delegação, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Maurício e pelo associado Dr. Humberto Sertório em representação da DN, reuniu na Assembleia Legislativa Regional com vista a prestar esclarecimentos aos deputados daquela Comissão.

O convite feito à ADFA foi motivado por uma Proposta de Lei à Assembleia da República, apresentada pelo PSN e sob o título "Apoio aos Militares Deficientes das Forças Armadas".

A proposta do PSN, no nosso entender, pecava pelo facto de ser restritiva e de certo modo confusa, não resolvendo só por si os problemas mais prementes dos Deficientes Militares.

A ADFA entregou a todos os partidos políticos representados naquela Comissão a sua proposta legislativa "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares", tendo explicado pormenorizadamente a situação actual dos Deficientes Militares e revelando aos senhores deputados o nosso entendimento sobre tudo o que há a fazer, relativamente àqueles que, no cumprimento do dever militar, se deficientaram.

O senhor Presidente da 6.ª Comissão deu palavra aos deputados de todos os partidos políticos que, quando intervieram, manifestaram desconhecer alguns aspectos da realidade e predisuseram-se a intervir ao seu nível, no intuito de alterar as situações que ainda não mereceram, por parte do Estado Português, um tratamento que se possa considerar digno.

Tornando-se evidente que o conhecimento que a ADFA possui sobre este tema é completo, o senhor deputado do PSN declarou que admitia que a sua proposta fosse alterada, reformulada ou retirada se a 6.ª Comissão encontrasse uma melhor solução que viesse colmatar as lacunas ainda existentes na legislação sobre Deficientes Militares.

Foi ainda proposto pelo senhor deputado do PS que, em tempo útil, uma representação da 6.ª Comissão se deslocasse à Assembleia da República para reunir com a Comissão Nacional homóloga, no sentido de ajuizarem, em conjunto, da necessidade da resolução de um problema que não é da Região Autónoma da Madeira, nem do Continente, mas sim um problema nacional.

Podemos ainda referir que o tom geral das intervenções dos senhores deputados da 6.ª Comissão se orientava de uma maneira unânime para a resolução urgente dos graves problemas dos Deficientes Militares que merecem, por parte da Nação, todo o carinho e respeito.

A ADFA, quando usou da palavra, quer para explanar a situação actual quer ainda para responder a questões concretas que lhe foram apresentadas pelos senhores deputados, não deixou de agradecer ao PSN/Madeira a sensibilidade que mostrou ter sobre esta matéria, bem como o interesse que todos os deputados presentes mostraram pela situação dos Deficientes Militares portugueses.

O senhor Presidente da 6.ª Comissão deu por encerrados os trabalhos, tendo ficado definido que, em próxima reunião da Comissão, o assunto voltaria a ser debatido e seriam tomadas as decisões definitivas.

A esta reunião seguiu-se uma Conferência de Imprensa onde estiveram presentes a televisão, rádio e jornais, onde o tema "A Situação dos Deficientes Militares" foi apresentado pelo senhor Presidente da 6.ª Comissão; depois de usar a palavra, apresentou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA que, dirigindo-se aos jornalistas presentes, teceu várias considerações sobre o tema "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares".

NOTA: Os Órgãos Sociais Nacionais congratularam-se com a iniciativa dos dirigentes da Delegação do Funchal que, a nível regional conseguiram que, de uma forma brilhante e eficaz, fosse discutida e difundida ao mais alto nível a situação actual dos deficientes gerados pela Guerra Colonial.

ADFA nas escolas

A convite da Direcção Pedagógica da Escola Profissional Gustave Eiffel, na Amadora, a ADFA nomeou os associados Jorge Maurício e Farinho Lopes para participarem, conjuntamente com a Associação 25 de Abril, um Colóquio subordinado ao tema "Guerra Colonial".

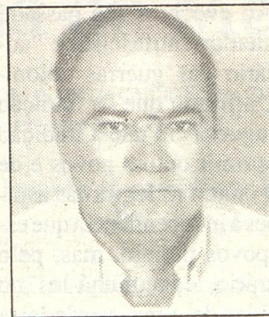
Estiveram no referido Colóquio mais de 100 alunos, tendo um professor da Escola feito um enquadramento histórico-político da "Guerra Colonial" e a ADFA relatado as experiências de guerra dos seus associados e divulgando a situação em que se encontram os Deficientes Militares e os familiares dos falecidos durante a prestação do serviço militar.

Foram realçados, de uma maneira mais pormenorizada, os temas reabilitação, reintegração social e direito à cidadania.

Findas as intervenções, decorreu um vivo debate em que os alunos, que de uma maneira geral desconheciam os temas, pediram à ADFA vários esclarecimentos.

É de salientar ainda que a ADFA forneceu material fotográfico que esteve em exposição naquela Escola durante oito dias.

Sócios falecidos



Luís Dinis Correia Gregórinho, sócio n.º 12841, de 51 anos, faleceu no dia 01/04/1995.

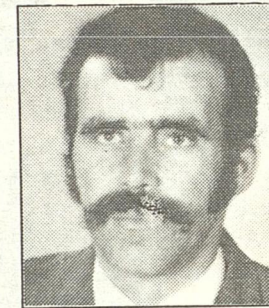
Tinha 23,5% de incapacidade.

Residia em Portimão. Deixa viúva a Sra. Edelia N. A. Correia e um filho menor.



José da Ponte, sócio n.º 10497, de 82 anos, faleceu no dia 19/01/1996. Pensionista de preço de sangue.

Residia em Ponta Delgada, Açores.



António da Silva Santos, sócio n.º 4933, de 52 anos, faleceu no dia 17/11/1995.

Tinha 15% de incapacidade.

Residia em Vila Nova de Gaia.

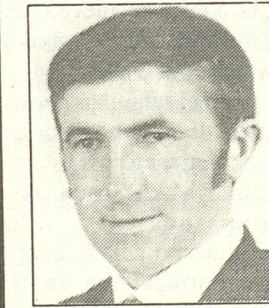
Deixa viúva a Sra. Maria das Dores Teixeira Carvalho Santos e três filhos órfãos.



Helâneo José Gomes Segurado, sócio n.º 10115, de 67 anos, faleceu no dia 26/01/1995.

Tinha 66,5% de incapacidade.

Residia em Queluz. Deixa viúva a Sra. Teodora de J. C. R. G. Segurado.



Estevão Manuel, sócio n.º 5486 de 54 anos, faleceu no dia 23/01/1995.

Tinha 65% de incapacidade.

Residia em Sintra. Solteiro.



Manuel Vilhena Antunes dos Santos, sócio n.º 1788, de 50 anos faleceu no dia 17/02/1996.

Tinha 49% de incapacidade.

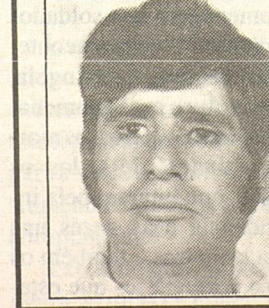
Residia em Leiria. Deixa viúva a Sra. Maria Alice Lopes dos Santos Bernardino.



Felix Rodrigues Ferreira, sócio 3756, de 53 anos, faleceu no dia 12/12/1995.

Tinha 60% de incapacidade.

Residia em Seroa/ Paços de Ferreira. Deixa viúva a Sra. Emília Alves Vilela e dois filhos órfãos.



Bernardino Nicolau Baptista, sócio n.º 10980, de 48 anos, faleceu no dia 01/12/1995.

Residia em Santarém. Deixa viúva a Sra. Maria da Luz Ruivo Baptista e três filhos órfãos.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

A Guerra de África

"A GUERRA DE ÁFRICA" é o título de uma obra de José Freire Antunes que já vai no 2º volume e tenta escarpelizar de uma forma exaustiva, a conflito colonial que opôs o regime salazarista/caetanista aos movimentos independentistas das então colónias portuguesas, entre 1961 e 1974.

Não li o primeiro volume e quando me pediram para falar deste e o mesmo me foi entregue para ler em meia dúzia de dias, fiquei assustado, dado o seu tamanho e por isso ser quase impossível a tarefa. Optei pois por dar uma vista de olhos a toda a obra e ler em diagonal vários depoimentos prestados pelos intervenientes, a fim de poder tomar o pulso ao todo do livro. No entanto, li alguns com a atenção necessária e é desses que vou falar.

O Livro parece-me uma obra séria e bastante completa, talvez a mais séria e mais completa de tudo o que até hoje já se disse e escreveu sobre a Guerra Colonial.

O autor vai buscar intervenientes de todos os quadrantes e sensibilidades políticas, que vão desde a extrema esquerda à extrema direita, aos políticos responsáveis pela guerra, aos que em Portugal se bateram contra ela e até aos desertores.

No livro podemos ler depoimentos de Isabel do Carmo e Carlos Antunes, Teotónio Pereira, Galvão de Melo, Hélio Felgas, Águas Varela, Daniel Chipenda (MPLA) e alguns Deficientes das Forças Armadas, entre dezenas de outros.

Cada um tem a sua visão da guerra. Há aqueles que a consideram justa e se orgulham de a ter feito e há os que acham que ela era perfeitamente evitável e que nunca deveria ter existido. E há ainda as vítimas, os que ainda hoje sentem no corpo e na alma a sua estadia naquelas terras estranhas, para onde um dia foram enviados, metidos em porões como escravos em barcos de negreiros, para irem matar e morrer em nome de uma pátria multi-racial que só existia nos livros da instrução primária, feitos à medida dos interesses políticos do regime de então.

Os cerca de dez mil mortos que esse conflito provocou não falam. É pena. Eles teriam muita coisa para contar. Seria deveras interessante fazer um livro dos seus sonhos desfeitos por uma rajada ou por uma mina. Um livro das vidas que não chegaram a ser vividas devido à cegueira criminosa de imperialistas salazarentos alguns dos quais ainda hoje continuam a tentar fazer o branqueamento da Guerra Colonial, atirando-se com unhas e dentes contra o modo como foi feita a descolonização, como se depois de uma guerra que provocou dezenas de milhares de mortos de uma e outra parte, em que mais nenhum soldado estava disposto a sacrificar a vida em nome de uma causa perdida, pudesse ter sido de outra maneira.

É que, para quem ainda não sabe, esta foi uma guerra de soldados, sargentos e oficiais milicianos e uns quantos oficiais do quadro permanente de patente inferior a major, todos os outros andavam pelos comandos das unidades, pelas salas de operações ou pelos gabinetes de ar condicionado na periferia da guerra. Contam-se pelos dedos aqueles que colocaram a mochila às costas e zarparam para o mato na companhia dos seus soldados. E havia uma diferença abissal entre estar no quartel, mesmo numa zona de guerra (com o abrigo ali à mão de semear) e ir para a mata percorrer picadas e enfrentar as minas e "fornilhos" anticarro ou aquelas caixinhas de madeira com o troil apenas suficiente para cortar cerce um pé que depois a incúria médica ou a demora da evacuação, transformava na amputação da perna toda. Muitos mortos poderiam ter sido evitados se cada companhia saída para operações tivesse um médico no seu efectivo. Mas, na maioria dos casos, nem um enfermeiro digno desse nome havia. Um simples socorrista com um curso de dois ou três meses, que quantas vezes nem uma injeção intravenosa sabia aplicar sem risco para o doente ou ferido, era tudo o que nos era dado.

Um dos relatos que mais me tocou foi o de um nosso associado, não pela sua participação na guerra que foi igual à de muitos outros, mas por ter tido a coragem de ser capaz de contar o horror do que testemunhou na pessoa daquela mulher esventrada por um "rambo" de trazer por casa, ou daquele prisioneiro degolado por ordem do comandante, para que não ficasse ali e pudesse denunciar a presença da tropa. Pois é amigo! Isto não aconteceu só contigo. Muitos de nós presenciámos coisas idênticas e anda mais hediondas. Daí os teus sonhos de terror, os meus sonhos de terror, os nossos sonhos de terror que perduram vinte e tantos anos depois e que, possivelmente, nos irão acompanhar até ao fim da vida.

O relato de um tenente-coronel que não se identifica, ferido na cabeça e na perna, mas que qualquer DFA, frequentador da ADFA, facilmente reconhecerá depois de ler o que escreveu, é um libelo acusatório do tratamento que era dispensado aos militares feridos na frente.

Como eu próprio posso testemunhar e de um modo geral todos os militares que sentiram na carne a sua passagem pelos hospitais, estes não estavam minimamente apetrechados com o material indispensável à recuperação dos militares feridos em combate. Isto desde Mueda ao Hospital Militar Principal. Quem não se lembra daquela vergonha que era o Anexo do Hospital Militar ali na Rua Artilharia 1, autêntico depósito de corpos dos que tinham servido de carne para canhão, que ali eram amontoados e esquecidos em companhia de ratos, baratas e insectos, passando frio no inverno e torrando durante o verão, para já não falar da alimentação fornecida, mais digna de um campo de concentração que de homens a recuperar de ferimentos e outras mazelas.

Dos depoimentos dos DFA, há ainda a salientar os de Armandinho Alves, António Santos Carreira e Sobral.

No conjunto, este segundo volume de "Guerra de África", é uma obra interessante, que pode levar aos leitores que nunca viveram o conflito (e mesmo aos que o viveram) uma ideia bastante aproximada sobre este assunto.

Tem um senão: é bastante cara e até agora apenas pode ser adquirida através do Círculo de Leitores.

Carmo Vicente

Coluna do Zangão

Com ar meditativo, ferrão em riste, eis o nosso amigo Zangão.

Confesso que para mim, pobre escriba, é sempre uma alegria escutá-lo. Pena é que o espaço do nosso ELO seja tão diminuto, obrigando-me a sintetizar, não reproduzindo fielmente todas as palavras ditadas pelo Zangão, prejudicando desta forma tão interessante diálogo.

"Não te preocupes. Como tenho recebido imensas cartas e telefonemas de apreço, atrevo-me a pedir a todos os meus amigos que colaborem activamente na campanha de assinaturas do nosso ELO.

Posto isto vamos ao tema da nossa conversa de hoje.

É do conhecimento geral que, nesta nova legislatura parlamentar, se tem discutido a questão das incompatibilidades.

Para já começo por dizer que sou contra essa questão. Vocês já pensaram o que é obrigar-se um pobre deputado da Nação, governar-se com o pobre ordenado que a Nação pobre lhe paga?

Imaginem o que seria daquele deputado, que só é administrador de dezoito empresas, se fosse obrigado a sustentar-se unicamente com o parlamentar vencimento?

E o outro que é advogado, e defende casos tão curiosos....

Mais o outro que, por ter sido ministro, não o deixam acumular com um cargo numa empresa ligada ao sector do seu ex-ministério.

Tá mal. Tanto saber que se pode, irremediavelmente, perder.

Isto são algumas das grandes preocupações que me tiram o sono. A mim e a qualquer outro cidadão.

Consola-me o facto de muitos dos senhores deputados, passarem um bocado pelo Parlamento, assinarem o ponto, para desta forma poderem usufruir da senhazita de presença, que como todos sabemos é ainda o que equilibra o magro orçamento daqueles esforçados trabalhadores da Nação.

Isto sim que são problemas. Não é o caso que o sócio nº. 6073 - Albino dos Santos Sousa nos relata no número de Janeiro. Enquanto meditam nestas minhas amarguradas palavras fica a promessa que:

-Eu voltarei."

Victor Sengo

Poeticamente

Filho de Carlos Augusto de Sá-Carneiro, que pouco antes casara, ainda estudante, com Águeda Maria de Sousa Peres Murinelo, o poeta Mário de Sá-Carneiro nasceu a 19 de Maio de 1890 em Lisboa, na Rua da Conceição, 93, 3ª.

ESTÁTUA FALSA

Só de ouro falso os meus olhos se douraram;
Sou esfinge sem mistério no poente.
A tristeza das coisas que não foram
Na minha alma desceu veladamente.

Na minha dor quebram-se espadas de anista,
Gomos de luz em treva se misturam.
As sombras que dinamo não perduram.
Como ontem, para mim, hoje é distância.

Já não estremeço em face do segredo;
Nada me aloina já, nada me aterra:
A vida corre sobre mim em guerra,
E nem sequer um arrepiamento me dá.

Sou estrela ébria que perdeu os céus,
Seneca louca que deixou o mar;
Sou templo prestes a ruir sem deus,
Estátua falsa ainda enguida no ar...

Este poema foi escrito a 5 de Maio de 1913, três anos antes da sua morte.

Não se trata do seu último poema, claro que não. Mas nada nos admiraria que o fosse, tão clara é a decepção e o desânimo por tudo o que rodeava o poeta:

Na primeira estrofe o poeta acusa os seus olhos por falsidades e fantasias que entristeram o seu caminho...

Na segunda mostra uma dor flagelada envolvida em confusão e desinteresse.

Na terceira a decepção aparece em continuidade dos sentimentos anteriores, agravada por dissabores e guerra travada consigo próprio, assumindo o que viria a ser o seu fim.

Na quarta, o poeta mostra-se já perdido. Diz-se já distante, já fora deste mundo, totalmente desprovido de qualquer fé.

O poema é enfim construído por imagens que giram em redor da auto destruição e de um fim ruinoso.

Aliás retrato que poderíamos tornar extensivo a toda a vida e obra de Mário de Sá-Carneiro. Como sabem ele suicidou-se quando tinha vinte e seis anos.

"Morrem jovens os que os Deuses amam."

Sá Flores

Bósnia... que razão?

O envio de militares para a ex-Jugoslávia, parece ir custar ao país 12 ou 13 milhões de contos, se a missão não exceder 1 ano. Para os governantes, a participação das nossas tropas fundamenta-se em razões de solidariedade internacional ou razões morais. Esta operação da NATO na Bósnia, foi iniciativa dos Estados Unidos, visando impor a paz naquela região. Pessoalmente não acredito em tal paz, a não ser uma paz podre, imposta pela força das armas, tendo muita dificuldade em considerar esta operação como acção de defesa nacional. Ao que julgo saber, os objectivos de defesa nacional da competência das nossas Forças Armadas têm em vista garantir, no respeito pelas instituições democráticas, a independência nacional, a integridade territorial, a liberdade e segurança dos portugueses contra qualquer agressão ou ameaça do exterior. Ainda nos lembramos das consequências da Guerra Colonial, sendo ao mesmo tempo, a morte de militares nas ex-colónias, considerada em defesa da Pátria, mas sem que, em muitos casos os familiares ficassem com quaisquer direitos. Segundo se diz, sondagem mandada efectuar pelo governo, mais de 60% dos portugueses está de acordo com a integração de tropas portuguesas na operação da NATO na Bósnia. Também no início da Guerra Colonial, só uma pequena minoria de portugueses expressou essa opinião discordante, mas a iniciativa de as fazer terminar em 1974, teve o apoio da imensa maioria da população, e acredito que só uma pequena minoria hoje entenderá ter sido um erro o fim da guerra do ex-Ultramar. Não fomos esclarecidos sobre quem tem mantido o fornecimento de armas para alimentar aquela guerra entre bósnios, sérvios, croatas e outros. O tráfico de armas alimenta um mercado negro sem controlo. É difícil admitir que esse exercício seja separável da competição desenfreada entre os Estados produtores pela hegemonia no mercado das armas.

Alguns membros do Conselho de Segurança estão entre os principais vendedores de armamento. É chocante ouvir-se autoridades do país dizer que só o número vítimas mortais entre as forças portuguesas será de cinco a sete militares, considerando certamente que se trata de percentagem máxima baixíssima de 0,75%. Mais tarde, uma alta figura da Nação viria a corrigir estes dados, referindo que as baixas poderiam ascender a 14, das quais 2 poderiam ser mortes. Os últimos acontecimentos, com os ferimentos e mortes já registados, faz-me não encaixar nestes profissionalismos político-militares, de quem não vai estar no teatro de guerra, considerando-a coisa fácil. Mas ainda que mal pergunte? Morrer por morrer, porque não morre o meu pai que é mais velho?

José Maia

Deficientes não Abrangidos pelo 43/76

Considerando discriminatória situação de uma parte dos Deficientes Militares, em relação à lei para os DFA;

Considerando que a abrangência dos Deficientes Militares pelo 43/76, pode e deve ter um enquadramento consentâneo com os princípios éticos e morais;

Considerando que a definição de "teatro de operações", abrange todo o espaço do território envolvido pela guerra, isto é, sem qualquer separação física a delimitar os territórios e nações envolvidas;

Considerando que ao tempo da Guerra Colonial todos os militares enviados para as colónias, intervieram na guerra;

Considerando que a linha imaginária com que as autoridades portuguesas de então, dividiam o território das ex-colónias, para considerarem os riscos de 100%, 50% e 0%, era um artifício que não pode servir como pretexto para dividir os deficientes militares, em DFA e deficientes em serviço;

Considerando ainda que o actual envolvimento das tropas portuguesas na guerra da ex-Jugoslávia, conduzirá (já conduziu) alguns dos militares presentes nesta acção a situações semelhantes às dos antigos militares que se deficientaram nas colónias, que independentemente de terem sido ou não combatentes activos, não sendo por isso abrangidos pelo 43/76.

Propõe-se:

1. Os militares que ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, cumpriram "comissões de serviço" em qualquer das ex-colónias onde existia ou não guerra (Angola, Guiné, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Timor) e adquiriram grau de deficiência considerada redutora do normal desempenho da sua actividade profissional futura, passem a ser abrangidos pelo 43/76.

2. Que as indemnizações (pensões) a pagar tenham início à data da publicação da proposta.

3. Os militares que por acção do serviço militar incorreram em situação de risco (treino com explosivos, exercícios militares com fogo real, saltos em pára-quedas e outros a estudar), da qual resultou incapacidade, serão igualmente abrangidos pelo 43/76.

4. Todos os outros militares que se deficientaram durante a prestação do serviço militar deverão ser objecto de um estatuto próprio, em que a base para o cálculo da sua pensão seja o "ordenado mínimo nacional" e no restante igual ao dos abrangidos 43/76.

5. Deve-se solicitar à Ordem dos Médicos parecer sobre a incapacidade funcional para o desempenho do serviço militar.

Sócio nº 4758
Gabirro Fernandes

Serviços Clínicos da Sede melhoram oferta aos associados

No âmbito da renovação e melhoria dos serviços clínicos, a prestar na Sede, vão ser alteradas as consultas de Psiquiatria e vai dar-se início ao serviço de colheitas para análises, em colaboração com o laboratório do HMP.

Assim, a consulta de Psiquiatria vai contar, a partir de 1 de Março, com o Dr. José Tropa todas as 6^{as} feiras às 14:30 horas.

As colheitas para análises clínicas terão lugar, a partir de 8 de Março, todas as 6^{as} feiras das 9:00 às 10:00 horas.

Para melhor informação sobre todos os serviços de saúde à disposição dos nossos associados, deve ser consultado o anúncio inserido na página 2 deste jornal.

Presidente da Liga de Mutilados e Inválidos de Guerra de Espanha

Pelo Boletim desta nossa congénere do país vizinho, tivemos conhecimento do falecimento do seu Presidente e nosso bom amigo Manuel Yunta Reguero.

Lamentamos tão infausto acontecimento e endereçamos condolências à LMIGE e a todos os deficientes da Guerra de Espanha.

"Os Últimos Guerreiros do Império"

Ao abrigo do direito de resposta consignado na Lei de Imprensa publicamos a seguinte carta do nosso associado Marcelino da Mata, onde tece algumas considerações sobre o artigo publicado no último número deste jornal, sob o título "Os últimos guerreiros do Império", da autoria do nosso associado Carmo Vicente.

Ex.^{mo}. Senhor
Director do Jornal ELO
Lisboa, 96.01.31

Tive a oportunidade de ler no Jornal de Janeiro um artigo assinado pelo Sr. Carmo Vicente, em que o mesmo se refere à minha pessoa. Assim, e por considerar que o mesmo contém uma atitude ofensiva, solicito resposta ao mesmo.

a) Quando o Sr. Carmo Vicente integrou o Exército Português, certamente sabia que o mesmo era colonial fascista. (palavras dele).

b) Refere o Sr. Carmo Vicente que eu matava inocentes.

Talvez o Senhor desconheça, que o P.A.I.G.C. não oferecia aos seus prisioneiros nem chá, nem bolos, antes pelo contrário. (Que o digam os portugueses que estiveram presos em Conacy).

c) Será que o Sr. Carmo Vicente, quando comandava os seus homens, nas Bolanhas da Guiné, dizia aos seus homens, o que reflecte o artigo?

d) Sr. Carmo Vicente:

A avestruz, quando vê o perigo, mete a cabeça na areia. Será que o Senhor, também o fazia, dando esse exemplo aos seus homens. Apenas lhe quero perguntar mais uma coisa? Será que o Sr. Carmo Vicente, quando da passagem pela Guiné, quando os tais inocentes, de que o Senhor fala, o queriam "abraçar" nunca ficou contente por ter o Sheltox à mão?

Pergunte aos muitos militares portugueses, que me conheceram na Guiné, o que pensam de mim, e verá que a comparação que faço entre o Senhor e a Avestruz, é correcta.

Apenas lhe quero lembrar, que uma das coisas mais vergonhosas da História de Portugal, foi o fuzilamento, por parte dos tais inocentes, das Companhias de Comandos Africanos após o 25 de Abril de 1974.

O Senhor apanhou louvores do Comando, então não acha que deveria devolver esses louvores?

Apenas lhe dou um conselho mais! Continue, com a cabeça enterrada na areia, e não encare a realidade!!!

E mais lhe posso dizer:

Eu prório sou deficiente militar, tal como você!!!

Só com duas diferenças:

Sou Português e não enterro a cabeça na areia.

Atenciosamente

Marcelino da Mata
(Tenente Coronel Serv. G. Exército)

Nota da Redacção: Com a publicação desta carta damos por encerrado este assunto, porque aborda áreas que não se enquadraram nem no estatuto nem na tradição redactorial do nosso jornal.

Subsídio de Desemprego Para DFA empregados por conta de outrem

De há já alguns anos me tenho interessado por ser aplicada a legislação do direito ao subsídio de desemprego para os que eventualmente, sendo empregados por conta de outrem, venham a ser obrigados a rescindir o contrato de trabalho ou que tenham recebido carta de despedimento.

Ao longo de todos estes anos e saltando de direcções, foi-me informado que tínhamos todo o direito que estava ganho, etc, etc... Recentemente, foi-me dito: "Já está aceite, aguardamos" a assinatura do Sr. Ministro da Segurança Social".

Pergunto: Vamos acreditar? Pretendemos acreditar na Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Sócio-801 José Alves.

Nota da Redacção: Este associado, para além desta carta, enviava outro escrito em forma de moção onde repetia as mesmas ideias. Por isso, e dada a falta de espaço, esse texto teve de ser retirado.

Delegação de Faro

Câmara de Silves reúne com a ADFA

Em audiência, foram recebidos pelo vereador da Câmara Municipal de Silves, José Viola Piçarra, no dia 12 de Fevereiro, dois elementos da Direcção Nacional: o 2º vice presidente da ADFA, Catarino Salgado e o 3º secretário, Luís Machado, juntamente com membros dos três órgãos da Delegação de Faro: Mesa da Assembleia, Direcção e Conselho Fiscal.

Na reunião foi discutida a possibilidade daquela edilidade disponibilizar terrenos para a ADFA avançar com um projecto, no Algarve, para a criação de estruturas de lazer e repouso. Para o efeito poderá ser cedido um terreno com uma área de 56 hectares, numa zona arborizada e com rede fluvial, a 16 Km. da praias e com acessos muito próximos da via do Infante.

Este projecto tem sido defendido, há vários anos, pelo presidente da Direcção da Delegação de Faro, José Nicolau Rufino, que para o efeito se tem desdobrado em inúmeros contactos e efectuado diversos estudos.



Os membros da Direcção Nacional e dos Órgãos da Delegação de Faro em Silves

Obras na Av.^a Rainha D.^a Amélia Modelo de acessibilidade

Nas Instalações do Departamento de Acção Social, da Câmara Municipal de Lisboa, realizou-se, no dia 22 de Fevereiro, uma reunião, no âmbito do Projecto "Lisboa Cidade Aberta", onde estavam presentes a directora, D.^a Rosa Sampaio, um grupo de técnicos responsáveis pelas arquitectura e execução das obras e representantes de várias associações. A ADFA fez-se representar pelo 1º secretário da Direcção Nacional, Patuleia Mendes e pelo relator do Conselho Fiscal, Armando Roque.

Com este projecto pretende a Câmara Municipal de Lisboa criar uma zona modelo de acessibilidade a todo o tipo de deficientes. Vão ser instaladas mais passadeiras, e as mesmas terão um pavimento diferente para induzir os cegos a um atravessamento correcto para além dos sinais acústicos nos semáforos. Em locais estrategicamente estudados irão ser colocadas bandas sonoras na via, para que os "aceleras" reduzam um pouco a velocidade e não continuem a matar deficientes em cadeira de rodas, como já aconteceu. As obras deverão estar terminadas em Abril.

Corrigendas

Dois textos publicados no último número saíram com algumas "gralhas" que alteraram ou dificultaram a sua compreensão. Fazemos a devida correcção pedindo desculpa aos seus autores e aos nossos leitores.

1 - Carta do nosso associado Manuel Pascoal Gonçalves publicada na página 11 sob o título "Responsabilidades de Sargento Direitos de Cabo":

Na 2ª coluna, onde se lê ... enquanto que outros 1^{as} Cabos milicianos, ainda que na mesma data ou convalescença ...", deve ler-se: "... enquanto que outros 1^{as} Cabos milicianos, feridos, ainda que na mesma data ou no mesmo acidente, lá porque a doença, tratamento ou convalescença..."

Na 4ª coluna onde se lê: "A antiquada lei do tempo do Fascismo prejudicou ...", "...tratando-os com praças...", "... Comandante se secção...", deve ler-se respectivamente: "A antiquada lei do tempo do fascismo sempre prejudicou...", "...tratando-os como praças", "comandante de secção..."

Na 5ª coluna onde se lê: "... nas mesmas circunstâncias do Comando...", deve ler-se: "... nas mesmas circunstâncias de Comando..."

2 - Artigo da autoria do nosso associado João Gonçalves publicado na página 10 sob o título "Taxas moderadoras":

No 3º parágrafo da 1ª coluna, onde se lê: "... os DFA estavam isentos de pagar as taxas moderadoras, através da alínea d) do Dec. Lei 54/92 que afirma o subsídio mensal vitalício não é atribuído pelas Forças Armadas...", deve ler-se: "... os DFA estavam isentos de pagar as taxas moderadoras, através da alínea d) do Dec. Lei 54/92 que afirma o subsídio mensal vitalício?!... Só que segundo interpretações do C.S. e C.R.S.S., o subsídio mensal vitalício não é atribuído pelas Forças Armadas..."

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P. BASE	P.V.P.
ECO 1.2 5P	1.259.968.00	1.908.362.00
ECO 1.2 + 5P	1.315.523.00	1.973.326.00
SWING 1.2 5P	1.487.318.00	2.174.326.00
ECO + 1.4 5P	1.349.669.00	2.278.326.00
SWINGO 1.4 5P	1.527.447.00	2.486.326.00
ECO 1.5D 5P	1.625.338.00	2.762.326.00
ASTRA		
RIO 1.4	2.053.088.00	3.101.326.00
RIO GLS 1.4	2.267.618.00	3.352.326.00
RIO 1.7 TD	2.535.436.00	4.282.326.00
GLS 1.7 TD	2.789.282.00	4.579.326.00
RIO CAR 1.4	2.173.601.00	3.242.326.00
RIO CAR 1.7 TD	2.655.948.00	4.423.325.00
CLUB CAR 1.7 TD	2.769.624.00	4.556.326.00
VECTRA		
CD X 1.7 TD	3.001.248.00	4.4827.326.00
TIGRA		
COUPE 1.4 16V	2.062.490.00	3.112.326.00
COUPE 1.6 16V	2.508.042.00	4.043.326.00

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Polo Fox 1.05 2P	1.385.527\$00	1.896.911\$00
Polo GL 1.05 4P	1.623.747\$00	2.175.629\$00
Golf CL 1.4 2P	1.872.192\$00	2.838.983\$00
Golf Movie 1.4 4P	2.143.999\$00	3.156.997\$00
Golf CLD 1.9 4P	1.990.929\$00	4.323.307\$00
Golf TDI 1.9 4P	2.931.012\$00	5.423.204\$00
Golf VAR CL 1.4	2.286.608\$00	3.323.849\$00
Golf Var Cld 1.9	2.228.446\$00	4.601.202\$00
Golf VAR GL TDI	3.112.146\$00	5.635.131\$00
Vento CL 1.4	2.015.291\$00	3.006.409\$00
Vento Cld 1.9	2.137.018\$00	4.494.231\$00
Vento GI Tdi 1.9	3.000.445\$00	5.504.441\$00
Passat CI Tdi 1.9	2.911.347\$00	5.400.196\$00
Passat GL Tdi 1.9	3.518.820\$00	6.110.039\$00
Passat Var CI Tdi 1.9	3.164.009\$00	5.695.810\$00
Passat Var GI Tdi 1.9	3.765.286\$00	6.399.304\$00
Audi A4 1.9 Confort	3.829.983\$00	6.475.000\$00
Audi A4 1.9 Tdi Plus	4.394.086\$00	7.135.000\$00
Audi A4 1.9 Ec Tdi Plus	4.603.487\$00	7.380.000\$00
Audi A6 1.9 Tdi	4.966.735\$00	7.805.000\$00
Audi A6 1.9 Tdi Avant	5.274.428\$00	8.165.000\$00

Os Sócios podem ainda dispôr de VW e AUDI com caixa automática nas seguintes versões:
GOLF 1.900 TDI; AUDI A4 TDI e AUDI A6 TDI.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto.
Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.

Deficientes em serviço

Aquando da saída do decreto-lei 43/76 ficaram os sócios efectivos, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, divididos em três grupos: os que ficaram abrangidos pelo referido decreto, os que ficaram em Serviço, e os que ficaram de fora, isto é, aqueles sem causalidade com o serviço.

Todos os dirigentes que já passaram pelas Direcções Nacionais, o que fizeram por estes grupos que ficaram de fora do 43/76? Quase nada, ou globalmente pode-se dizer mesmo nada.

Talvez seja, de uma maneira geral, porque os que passaram pelas Direcções Nacionais estivessem abrangidos pelo 43/76 ou talvez não? O certo é que se parou, excepto nos anos 79 e 80 que se fez um bocadinho de barulho, o que resultou, então de um projecto de alterações ao 43/76 entregue na Associação a 10 de Setembro de 1980, sendo este projecto elaborado pelo próprio Ministério, o que trazia alguns anseios dos deficientes considerados em Serviço. Se este projecto fosse aprovado talvez 70% dos problemas que afectam os deficientes em Serviço estariam resolvidos.

Resultado deste projecto! Foi parar à gaveta escura, hoje já poucos se lembram dele, mas alguns dos que se lembram, não querem falar dele, dizem que é falar do passado bom, camaradas só eles sabem o porquê?

Houve no passado e ainda hoje há, quem defenda quanto à filosofia dos deficientes em serviço, o seu enquadramento no 43/76 por etapas, mas esta ideia nunca teve pernas para andar, nunca houve passos em frente neste objectivo; pelo contrário hoje assistimos à degradação das magras pensões dos deficientes em Serviço, sendo a nossa Associação um agente passivo, que já nem sequer tem vontade de defender este grupo de sócios marginalizados, quer pela sociedade, quer pela Nação.

Sendo certo que os deficientes em Serviço são os maiores culpados por se encontrarem nesta situação, passaram tão somente a lamentar-se, a votar nos actos eleitorais, a desistir da sua luta justa e de sócio da Associação talvez com frustração de tantas promessas e nenhuma resolução.

Mas, ao que me parece, no final do ano passado houve um abanão no Leão adormecido; no princípio de Novembro, já se discutiu esta situação e ainda bem que no primeiro sábado de Janeiro se voltou a discutir o problema dos deficientes do Serviço, com o objectivo de se dar um contributo para a resolução deste problema.

Camaradas, temos de estar atentos, porque, segundo dizem, as pessoas que estão a dirigir os destinos da nossa Associação são os mesmos que estiveram na elaboração do 43/76 e estavam no poder, quando foi entregue na Associação o projecto de alterações ao 43/76 que, como já disse, foi parar à gaveta escura!

Mas ainda há mais: já se está a verificar alguma confusão; se não vejamos a recomendação que foi aprovada na Delegação do Porto a 4 de Novembro passado, sendo bastante participada quer em presenças, quer em intervenções. O ponto nº 3 era a discussão do projecto do Deficiente Militar.

Para meu espanto, quando a referida recomendação foi afixada, no placard da Delegação do Porto, este ponto foi alterado julgo pela Direcção da Delegação. Mas há mais camaradas; a mesma recomendação publicada no Elo também é diferente quer da que foi aprovada, quer da que foi afixada na delegação do Porto. Será um problema da redacção, ou será do português? Na referida recomendação diz-se que se irá fazer o ponto da situação na primeira reunião de Janeiro. Também aqui o que é que encontramos publicado no Elo como ordem de trabalhos para a reunião de Janeiro? Por diversas razões e como já vinha de trás este ponto devia vir em primeiro lugar e com o título de deficientes em serviço e não em segundo lugar e como acção reivindicativa.

Camaradas, começo a ficar preocupado tendo em conta os muitos anos de luta pelos deficientes em Serviço. Tendo em conta que a Direcção Nacional relegou os deficientes em Serviço para 3º lugar, será que a Direcção da Delegação do Porto sofreu alguma pressão para alterar o 3º ponto da recomendação e o ponto da situação dos deficientes em Serviço para 2º lugar e como acção reivindicativa, tudo isto para que será? Julgo que será só para desmobilizar os sócios.

Penso que quando se pede aos sócios que decidam, a decisão destes deve ser respeitada nem que seja contrária à nossa opinião; os dirigentes têm que ser a vontade dos sócios, não os sócios a vontade dos dirigentes.

Embora hoje a realidade seja diferente tais como objectivos, meios e condições, sendo fruto da evolução dos tempos, mas nós já temos o peso das 40 e mais, temos de nos situar na nossa época.

Assim, não só a Defesa da Pátria é um dever fundamental de todos os Portugueses, como também o Serviço Militar é obrigatório, nos termos e pelos períodos que a lei determina, é o que decorre da Constituição Portuguesa.

Nesta conformidade, parece-me óbvio que os deficientes militares são os que se deficientaram no cumprimento do serviço militar, o que é um dever fundamental à defesa da Pátria e para os que ficaram deficientes o Estado logo tem que assumir as suas obrigações.

É obrigação da Nação prestar assistência económica e social, garantindo a sobrevivência digna porque estão em jogo valores morais estabelecidos na sequência do reconhecimento e reparação àqueles que no cumprimento do dever militar diminuíram a sua capacidade de ganho causando problemas familiares e sociais.

Numa situação de tal modo específica face à própria Constituição o tratamento diferencial e preferencial que nos é atribuído pelas disposições legais é inconstitucional.

Perante o exposto, faço um apelo a todos os deficientes em serviço, para aparecerem nas vossas delegações e pressionem os dirigentes, a uma resolução rápida para o problema dos marginalizados.

Se me permitem fazia um apelo aos órgãos nacionais para marcarem uma assembleia nacional para se discutir a situação dos deficientes em serviço a nível nacional

Albino Maia / Sócio nº6041

“Requiem por Mim”

No passado dia 17 de Janeiro passou um ano sobre a morte de Miguel Torga.

Adolfo Correia Rocha, nasceu em S. Martinho de Anta (Trás-os-Montes), em 12 de Agosto de 1907, filho de uma humilde família de camponeses. Depois de uma breve passagem pelo seminário de Lamego, e de curto período de trabalho no Porto, embarcou para o Brasil como imigrante em 1920, com apenas 13 anos de idade. Regressou a Portugal cinco anos mais volvidos, vindo a matricular-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde se licenciou em 1933, e na cidade do Mondego se fixou, abrindo consultório médico. Estreou-se na vida literária com o volume de versos “Ansiedade”, em 1928 (tinha portanto, apenas 21 anos), então ainda com o seu nome de baptismo. Posteriormente adoptou o pseudónimo de Miguel Torga. De então para cá veio a lume uma vasta obra, constituída por mais de meia centena de volumes-poesia, romance, conto, teatro e ensaio, para além do “Diário” a sua última obra publicada em vida, nela fazendo uma tocante despedida.

Faleceu com 87 anos.

José Maia

REQUIEM POR MIM

Aproxima-se o fim

E tenho pena de acabar assim

Em vez de natureza consumada

Ruína humana

Inválido do corpo

E tolhido da Alma

Morto em todos os órgãos e sentidos

Longo foi o caminho e desmedidos

Os sonhos que nele tive

Mas ninguém vive

Contra as leis do destino

E o destino não quis

Que eu me cumprisse como portieiro

E caísse de pé num desafio

Rio feliz a ir de encontro ao mar

Desaguar

E em largo oceano eternizar

O seu esplendor torrencial de rio

Coimbra 10 de Dezembro 1993

(Diário XV9)

Convívio

Cª Caçadores 128/Angola

Realiza-se, em Coimbra, um almoço-convívio da C.C 128 Batalhão- 155 que actuou em Angola entre 1961 e 1963.

Os interessados deverão comunicar, por escrito, até ao dia 25 de Abril de 1996, para :

Organização de confraternização /96. C.C 128.

Av. Bissai Barreto (Café Ramiro).

Bairro Celas 3000 Coimbra;

Ou depois das 20 horas para os seguintes telefones: 039/721690; 039/483419; e 039/66312.

**Acidente no Serviço Militar
Problema das acumulações**

Prestava eu serviço militar obrigatório, em 1969, quando tive um acidente militar, o qual originou ter ficado paraplégico dos membros inferiores. Passei alguns meses nos hospitais militares e alguns dias algaliado com uma sonda para poder urinar por ter fracturado a coluna vertebral, tendo sido considerado deficiente militar em serviço com uma desvalorização de 80% atribuída pela Junta médica hospitalar de inspecção. Actualmente sou funcionário público do Serviço Nacional de Saúde descontando mensalmente por lei para a Caixa Geral de Aposentações já há alguns anos atrás, não podendo neste momento acumular a pequena reforma militar com a pensão de funcionário público, que não virá a ser muito grande, por ser deficiente das Forças Armadas em serviço e me ter sido concedido 65% de incapacidade pela Junta médica da Caixa Geral de Aposentações.

Venho por este meio público solicitar às autoridades militares máximas e ao nosso governo para que seja publicada uma nova lei no Diário da República que permita o direito às acumulações das ditas pensões acima indicadas o mais rápido possível para todos os deficientes militares nestas mesmas condições, uma vez que esperamos por esta nova lei desde há alguns anos atrás. Esta lei devia ser aprovada com urgência pelas entidades acima indicadas porque não trazem quaisquer encargos financeiros para o país, visto que os deficientes militares como funcionários públicos também descontam todos os meses para a Caixa Geral de Aposentações.

Para conhecimento das entidades já referidas, informo que fui obrigado a deixar de trabalhar nas minhas duas profissões de padeiro e motorista por não poder fazer qualquer esforço físico, etc..., etc..., por causa do acidente militar já referido.

Rui Amaral
Sócio nº 1962

Viseu

Acordo com serviços da ADME

Centro dentário
Guarda- Rua Alves
Rocadas, 51-2º Drº

Telef. 223 978

Viseu- Rua D. António
Alves Martins, 4º 2º B

Telef. 426 062

V.N. Azeitão- Rua José
Augusto Coelho, 100

Telef. 219 1878

Portalegre- Rua 5 de
Outubro, 43-1º

Telef. 23 914

Estremoz- Largo do
Rossio Marquês de Pom-
bal, 64 Telef. 23 390

Évora- Avenida Dª Leonor
Fernandes, 143-1º

Telef. 744 210

Clínica dentária
D. Afonso Henriques

Viseu- Avª Dr. António
José Almeida, nº 218-1º

Sala 7

Telef. 428 652

Almada- Avª D. Afonso
Henriques, nº 7-1º Dtº

Telef. 272 9590

Braga- Rua Dr. Justino
Cruz, nº 142-2º Sala 2

Telef. 612 868

Cada assinante do "ELO" é um amigo da ADFA

Secretário de Estado da Inserção Social

vítima de atropelamento

Logo que foi conhecido que o Secretário de Estado da Inserção Social, responsável nacional pelas políticas de reabilitação, fora vítima de um atropelamento que o afastou, temporariamente, da sua actividade governativa, a Direcção Nacional enviou-lhe um telegrama com o seguinte teor:

“ASSOCIAÇÃO A DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, DESEJA A VOSSA EXCELÊNCIA RÁPIDO RESTABELECIMENTO”.

Texto de Armino Roque
Fotos de Farinho Lopes

Conferência de Imprensa da Direcção Nacional A actual legislação é insuficiente

A Direcção Nacional (DN) deu uma Conferência de Imprensa na Sede, no dia 31 de Janeiro, à qual compareceram todos os canais de televisão e outros órgãos de comunicação social. O presidente da DN começou por afirmar que Portugal participou na Guerra Colonial e está agora envolvido em diversas frentes: na Bósnia, em Angola e Moçambique, que, embora possam ter objectivos mais nobres que a Guerra Colonial, se mantém o problema da impreparação da retaguarda, nomeadamente ao nível da legislação. Lembrou que os deficientes militares são testemunho dessa impreparação, numa época em que os números de mortos e feridos não eram dados a conhecer pela comunica-

ção social e em que os mortos eram desembarcados pela calada da noite. O presidente da DN esclareceu que a ADFA só agora dera esta Conferência de Imprensa, depois de todos os soldados terem embarcado para a Bósnia, porque não quis intervir nesse processo que não diz respeito à ADFA, mas sim aos partidos políticos. A DN considerou que o Ministro andou bem, pois, numa actuação relâmpago, produziu um Despacho, no dia do acidente na Bósnia, no qual morreram dois soldados portugueses e um ficou gravemente ferido. Considerou, no entanto, que este Despacho não pode anular um Decreto-Lei; por isso o mesmo é manifestamente insuficiente pois, à luz do mesmo, se estes casos passarem para a Caixa Geral de

Aposentações, o que é natural que venha a acontecer uma vez que o acidente não pode ser considerado em campanha mas sim em serviço, esta pode pura e simplesmente ignorá-lo, pois um despacho apenas tem validade para o ministério que o emite. Desta forma, morrer ou ser ferido na Bósnia, poderá merecer exactamente o mesmo tratamento que um funcionário que trabalhe numa repartição pública e que caia pelas escadas abaixo. Esta é, de facto, a forma como os deficientes "em serviço" da Guerra Colonial são tratados. A DN demonstrou também a sua preocupação para com os militares que estão em Moçambique, - onde já houve um acidente de que resultou um grande deficiente -, e em Angola, no âmbito da for-



ças de pacificação da ONU. Estes militares não são abrangidos por este Despacho, que só se refere às tropas incorporadas no contingente da OTAN. Desta forma não têm qualquer legislação que os abranja. A ADFA indignou-se com a forma como na imprensa italiana foi especulado o acidente na Bósnia, ao atribuir aos militares portugueses a responsabilidade do acidente, por negligência. Se assim fosse, os familiares dos militares

portugueses mortos teriam de pagar, ainda por cima, uma indemnização por homicídio involuntário do militar italiano. A Direcção Nacional considerou que esta especulação está a ir longe de mais e que a ADFA está na disposição de defender os interesses e a honra desses militares. A DN considerou que o Despacho emanado pelo MDN, veio provar que a legislação para os deficientes militares da Guerra Colonial tem enormes lacunas, conforme a

ADFA sempre denunciou, lacunas essas que urge colmatar, sobretudo no que concerne à consideração de que o serviço militar envolve por si mesmo um grau de perigosidade muito grande, e não deve, por isso, ter o mesmo tratamento que o normal exercício da função pública. Esta injusta equiparação tem lesado profundamente os deficientes militares "em serviço" e "os sem pensão", vítimas de acidentes durante a Guerra Colonial.

Reunião de sócios na Sede

22 de Março de 1996, 20:30 horas

CONVOCATÓRIA

A Direcção Nacional convida todos os associados a estarem presentes numa reunião que se realiza no próximo dia 22 de Março, sexta feira, pelas 20:30 horas, a qual terá lugar na Sede Nacional, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- 1 - Proposta da regularização do pagamento de quotas em atraso;
- 2 - Estratégia legislativa;
- 3 - Informações gerais de carácter associativo

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1996

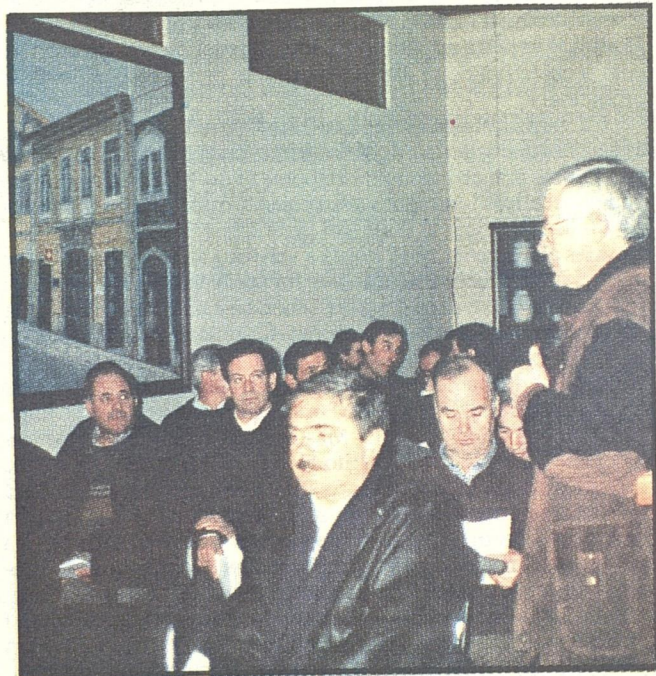
A Direcção Nacional

Direcção Nacional ao encontro dos associados

A DN perseguindo o seu objectivo de contactar o maior número possível de associados, efectuou, nos dois primeiros meses deste ano, um conjunto de encontros com aqueles, na maioria das delegações da nossa associação.

Aproveitando a realização das gerais de delegação, e em reuniões próprias, o executivo nacional esteve presente duas vezes em Coimbra e Viseu, e uma vez em Castelo Branco, Évora, Porto, Setúbal e Vila Nova de Famalicão, tendo reflectido, com os associados presentes, grandes temas da vida associativa, nomeadamente, a estratégia legislativa e perspectivas de resolução para o pagamento das quotas em atraso.

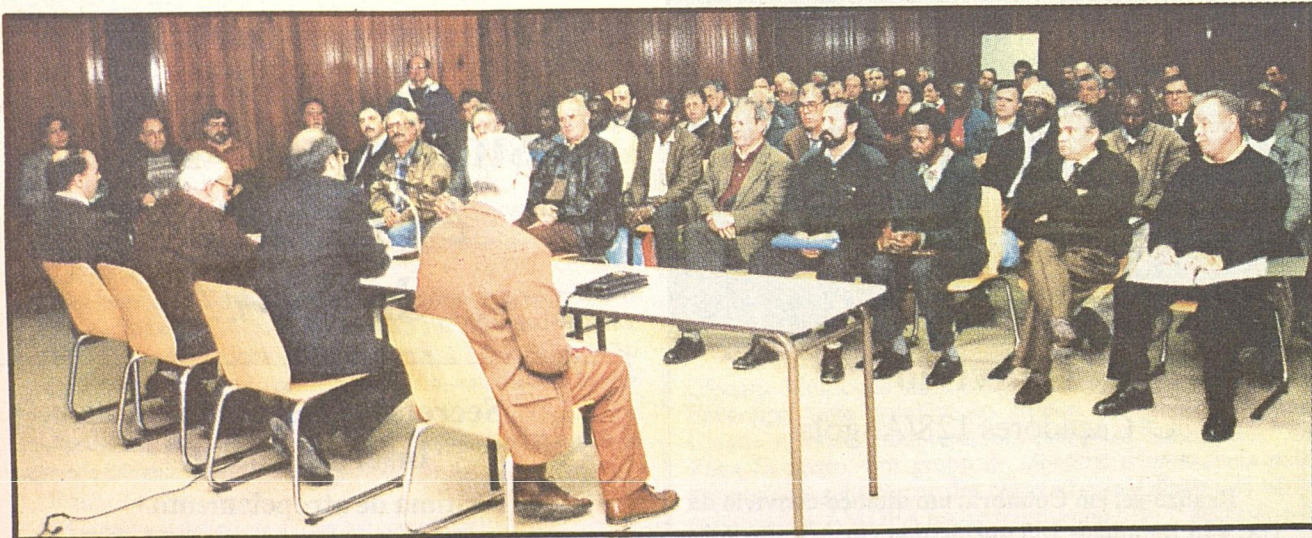
Algumas das reuniões foram particularmente participadas, embora nalguns casos com reduzida presença de associados; constata-se que estes querem intervir activamente na vida da ADFA, em especial na das suas delegações, esperando-se, particularmente, que, na respectiva Assembleia Geral, que se realizará no dia 23 de Março, os sócios de Castelo Branco assumam, em definitivo, o encontro de soluções que os voltem a ganhar para o nosso pleno convívio associativo, na concretização do normal funcionamento da sua delegação.



Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Famalicão, no dia 24 de Fevereiro, nas suas instalações

Texto de Armino Roque fotos de Farinho Lopes

Levantar uma onda por todo o país



A reunião mensal da Direcção Nacional com os sócios realizou-se na Sede, no dia 9 de Fevereiro, 6ª feira, às 20H:30. A Direcção Nacional (DN) começou por se congratular pelo facto de estarem presentes cerca de 90 sócios, e aproveitou a oportunidade para apelar a que cada um dos presentes trouxesse mais um sócio para a reunião de 22 de Março.

A DN fez o ponto da situação sobre as diligências para levar a efeito as acções da sua estratégia legislativa, que vêm referidas em vários artigos deste jornal.

Em audiência com o Secretário de Estado da Defesa Nacional, a DN foi informada que o subsídio do Ministério da Defesa Nacional

para apoiar o funcionamento da ADFA, figura na proposta de Orçamento de Estado, com a quantia de 60 000 contos, o que corresponde a um aumento de 50%, e que, a concretizar-se, possibilitará equilibrar o orçamento da ADFA para este ano. Informou também que aquele governante se tinha mostrado sensível às nossas reivindicações. Permanece no entanto o impasse de não termos ainda sido recebidos pelo Ministro da Defesa Nacional.

A DN disse que, desde que a própria associação passou a gerir directamente o Bar/restaurante, houve melhorias significativas na qualidade da prestação de serviços e uma mais equilibrada gestão financeira.

Houve depois diversas intervenções por parte dos associados, todas elas de excelente qualidade, que vêm provar que a ADFA dispõe de um riquíssimo capital humano.

Um coronel graduado disse que só há, "infelizmente", pouco tempo, tinha tomado conhecimento da realidade que é a ADFA, e elogiou a proposta de legislação elaborada pela DN, como "excelente", mas que deveria ser mais divulgada. Disse também que o Tribunal Constitucional estava prestes a dar a sua consideração sobre o problema das graduações e que logo que isso acontecesse a DN seria informada.

Deficientes "em serviço"

Um dos associados fez uma intervenção onde considerou que os deficientes militares se acomodaram, e que nos últimos 20 anos mantiveram contacto, ao nível do Ministério da Defesa Nacional, com uma pequena estrutura, sem qualquer influência nem poder decisório, e que esta situação não pode continuar por mais tempo, sendo urgente que se crie naquele ministério um organismo dirigido, no mínimo, por um general prestigiado, com sensibilidade nesta matéria, que conheça os problemas dos deficientes militares e trate deles de uma forma digna e eficaz.

Gabirto Fernandes, deficiente "em serviço", apresentou uma proposta, para que a estratégia de reivindicação legislativa da DN dê mais ênfase ao problema dos deficientes em "serviço, cujo conteúdo, pela sua importância, transcrevemos noutra página deste jornal. A DN elogiou este gesto, e o espírito de unidade manifestado pelos sócios que intervieram com as suas críticas e propostas; adiantou mesmo que nunca funcionará como "contra vapor" e que "está aqui para fazer o que os sócios quiserem"; adiantou ainda que é necessário "levantar uma onda" que abranja todo o país e todas as delegações e que a proposta de estratégia legislativa está disponível para ser consultada pelos sócios e para lhe introduzirem as alterações que considerarem mais justas, pois a Guerra Colonial só terminará quando morrer a última das suas vítimas.